

Crise de hegemonia norte-americana na geopolítica mundial: uma multipolaridade muito desigual

Por: Roberto Ramirez

Tradução: Suely Corvacho

Publicado originalmente no site da corrente internacional Socialismo ou Barbárie

Prólogo depois de 08 de novembro

*“A queda do Muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989, foi o momento em que se afirmou que a história havia terminado. O combate entre o comunismo e o capitalismo tinha chegado ao fim. Depois de uma titânica batalha ideológica, que durou décadas após a Segunda Guerra Mundial, o livre mercado e a democracia liberal ocidental reinavam incontestes. Na madrugada de 09 de novembro de 2016, quando Donald Trump cruzou o limiar dos 270 eleitores para se tornar presidente eleito dos EUA, essa ilusão foi destruída. A história voltou ... e como! Sua vitória põe em risco velhas certezas sobre os EUA e seu papel no mundo. O que vai ficar em seu lugar?” (“America’s new president – The Trump era”, *The Economist*, 12-11-16)*

Este artigo estava praticamente terminado quando as eleições presidenciais dos EUA, na terça-feira, 08 novembro, trouxeram a bomba: a vitória de Donald Trump. Isso exigiu este prólogo. De fato, como reconhece o *The Economist*, a ilusão do “fim da história”, de uma ordem mundial neoliberal, que imperaria do atual momento até a eternidade, presidida pelos EUA, recebeu um golpe fulminante.

Na verdade, essa ilusão já estava bastante deteriorada pela

insolúvel crise econômica-social sem fim à vista, pelo indignante contraste entre a queda vertiginosa do padrão de vida e do emprego da grande maioria da população e a crescente concentração da riqueza no outro pólo, para não mencionar as intermináveis guerras ou as atrocidades, como o êxodo mundial de refugiados. Mas este golpe foi dado pela direita, não pela esquerda, embora muitos trabalhadores americanos tenham votado em Trump por falta de alternativas visíveis. Além disso, as nuvens escuras da demagogia de Trump lançam raios e trovões contra a globalização e seus efeitos, mas não indicam, com clareza e precisão, a alternativa, além de um “protecionismo” de contornos ainda imprecisos e a serem definidos.

O que é inquestionável em relação à Trump, até o momento, se dá pela negativa: expressa a crise da globalização neoliberal – agravada pela crise de 2008 -, mas não marca com exatidão os alcances e contornos das alternativas e soluções concretas que propõe. A única certeza é o seu caráter super-reacionário. Nesse sentido, não deve haver lugar para ilusões.

Comoção mundial

O triunfo de Trump implicou em uma *comoção política e geopolítica mundial*. E não porque a grande mídia americana (todos anti-Trump) e/ou as pesquisas haviam dado como certa a vitória de Hillary Clinton, cuja candidatura era apenas “mais do mesmo”. A comoção ocorreu porque *abriu a possibilidade mas não a certeza de um rumo protecionista autárquico* dos Estados Unidos, que ainda são – apesar de sua decadência e retrocessos relativos – a principal potência imperialista, tanto no nível econômico como financeiro e militar^[1]. Ou seja, *um giro* (ou, pelo menos, um transtorno) no caminho da globalização neoliberal, empreendido, na verdade, desde antes da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética.

Se seu governo fosse a fundo nesse sentido- o que não é de forma alguma certo – poderia se iniciar uma *importante mudança na ordem econômica mundial*. A atual ordem mundial neoliberal poderia chegar ao fim, mas não para dar lugar a algo muito melhor. O que o *trumpismo* procura confusamente é um caminho protecionista-isolacionista que seria imposto a “socos e pontapés” pelos EUA a seus sócios e/ou concorrentes.

E essas mudanças – que ainda estão por vir–não implicam em que os trabalhadores seriam beneficiados. Uma coisa é a demagogia que permitiu a Trump ganhar votos da classe trabalhadora, e outra é o que fará a partir do trono de Washington.

Convém lembrar que, na história do capitalismo, livre comércio e protecionismo têm se alternado, mas como dois lados da mesma moeda capitalista. Em muitos casos, o protecionismo por parte dos Estados imperialistas, tem sido a resposta beligerante em períodos e situações de crise. No século XIX, que viu o “big bang” do capitalismo e a conformação dos imperialismos modernos, o Império Britânico, a principal potência, foi sucessivamente “protecionista” e adepta do “livre comércio”, segundo sua conveniência. Depois de conseguir uma esmagadora superioridade industrial, o Reino Unido, em meados do século XIX, passou do protecionismo a uma cruzada mundial pelo livre comércio.

Então, no período entre as guerras de 1914-1918 e 1939-45 o protecionismo e as tentativas de “autarquia” se generalizaram. Especialmente após a eclosão da Grande Depressão em 1929, tanto os « democráticos » Estados Unidos quanto os regimes nazi-fascistas de Hitler e Mussolini eram protecionistas ao extremo [\[2\]](#).

No final da Segunda Guerra Mundial, a bússola apontou novamente para o livre comércio. Reiniciou-se a chamada globalização da economia mundial, interrompida e retrocedida

desde a Grande Guerra de 1914. Mas isto ainda era gradual e não envolvia a eliminação drástica das barreiras na produção, nas finanças e no comércio mundial. Isto seria promovido pelo neoliberalismo a partir do final dos anos 70 e, especialmente, nos anos 80, em resposta à crise que pôs fim aos “30 gloriosos”, os trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, que foram os de maior crescimento na história do capitalismo, pelo menos nos países centrais da Europa Ocidental, Japão e EUA.

A grande questão é *até onde irão os EUA com Trump neste giro*. Ou seja, se este importante giro vai aprofundar as medidas já anunciadas, como a revisão drástica do Nafta (Tratado de livre comércio com México e Canadá), a não aprovação do Trans-Pacific Partnership (TPP), o projeto de mercado comum dos EUA com países da Ásia-Pacífico, América Latina e Canadá, para enfrentar a China, e ao mesmo em relação à Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) dos EUA com a Europa. Hoje, essas indagações não podem ser respondidas.

Além disso, é necessário esclarecer qualquer equívoco em relação à demagogia protecionista de Trump, apresentada como um remédio à *catástrofe social* que o neoliberalismo significou para os EUA, especialmente para a classe operária e trabalhadora. Suas lágrimas de crocodilo por esse desastre da classe operária americana – mas apenas da classe trabalhadora branca – não pode esconder que Trump constitui um personagem ultra-reacionário, racista – especialmente contra negros, latinos e “islâmicos” -, machista repugnante e, no fundo, como todos os demagogos de extrema direita, inimigo mortal dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, Trump expressa também o fracasso do “progressismo” em geral e não só do Partido Democrata dos EUA. Os “democratas” americanos, as variantes social-democratas europeias (incluindo as que aparentavam serem mais “radicais” como Syriza) e, na América Latina, correntes

como o chavismo, o PT brasileiro ou o kirchnerismo na Argentina, são todos muito diferentes, mas apresentam um traço comum. Estando no governo, eles nunca tomam medidas substanciais, estruturais, que afetem setores do grande capital. Nem sequer algumas reformas a sério, como tentaram, em sua época, certos governos imperialistas (como o de Roosevelt) ou alguns nacionalismos do “Terceiro Mundo”. Hoje, apenas fazem correções e remendos, e isso no melhor dos casos. Na Europa, foi o “socialista” Hollande quem liquidou grande parte das conquistas históricas do movimento operário francês. Na Grécia, o plano de austeridade mais brutal foi aplicado por Tsipras, que se apresentava como a “esquerda radical”. Nos EUA, Obama ganhou a presidência em 2008 com a palavra de ordem “Change” (mudança) ... e não mudou absolutamente nada. Em todo o mundo, o reformismo pós-moderno é um reformismo sem reformas.

Isso explica por que Trump, um demagogo tão reacionário e grotesco, foi capaz de irromper no cenário político de descontentamento nos EUA e vencer primeiramente o *establishment* Partido Republicano e, em seguida, a corrupta candidata democrata.

Há que se ter isso em mente, considerando o que está por vir. Se Trump for ratificado como uma *tentativa de reordenamento econômico e político ultra-reacionário* nos EUA e com projeções mundiais, isso poderia levar a *enfrentamentos muito mais duros*, menos “descafeinados” dos que vimos na era neoliberal nos EUA, Europa e América Latina. Em última análise, isto é o mais importante a se considerar.

Devemos nos preparar para isso, construindo alternativas políticas independentes dos partidos tradicionais do sistema, com programas revolucionários que estejam à altura destes novos desafios. É que uma agudização das contradições e dos confrontos sociais e políticos pode iluminar não apenas personagens como Trump, mas também alternativas à

esquerda.

Luzes e sombras

Nessa perspectiva, e sem subestimar a importância desta vitória arqui-reacionária no interior do principal Estado imperialista, deve-se ressaltar que houve também tendências no sentido contrário.

Em primeiro lugar, Trump será presidente graças ao sistema eleitoral mais antidemocrático do planeta. Ganhou a maioria do Colégio Eleitoral, mas foi minoria no voto popular. Este sistema escandalosamente fraudulento remonta à fundação dos EUA, e foi disposto desta forma para assegurar uma maioria artificial aos pequenos estados, principalmente aos escravistas.

Mais importante ainda é que, durante o processo eleitoral, a única surpresa não tenha sido apenas Donald Trump. A outra grande novidade foi a entrada em cena de Bernie Sanders, um candidato que se proclamava “socialista” no país onde a “diabolização” do socialismo ultrapassou todos os limites. Como revelou Wikileaks, Hillary Clinton e o aparato do Partido Democrata tiveram de recorrer a manobras sujas e fraudulentas para derrotar o único pré-candidato em condições de competir com Trump na conquista de um “voto de castigo”, que finalmente foi capturado pela direita [\[3\]](#).

No entanto, o mais importante veio mais tarde: as mobilizações em massa – principalmente de jovens e com presença destacada de mulheres – que se registraram nas cidades das duas costas, lideradas por Nova York, Los Angeles e também Chicago, as maiores do país. Nelas participaram também afro-americanos, latinos e LGBT. E a principal palavra de ordem dessas mobilizações foi: “Not my president” (Não é meu presidente), situação insólita na história dos Estados Unidos e potencialmente muito perigosa para a estabilidade do novo governo, caso seja levada às

últimas consequências. Quando em uma ocasião não se “reconheceu” (ainda que pela direita) um presidente eleito, se chegou a uma guerra civil.

Claro que não afirmamos que esta seja a situação atual. Além disso, a última canalhice de Obama e do aparato democrata, que tem pedido calma e contribuído para a desmobilização, serviu a Trump para garantir uma transição sem sobressaltos. Obama, Clinton e Cia. podem ser adversários políticos de Trump, porém, mais do que isso, são defensores da estabilidade do regime.

Finalmente, como dissemos, este artigo estava praticamente escrito em 08 de Novembro. No entanto, não houve necessidade de fazer mudanças significativas, porque o texto iniciava explicando precisamente *a relativa decadência do poder dos EUA*, que no âmbito geopolítico varreu as ilusões de um mundo “unipolar” e abriu caminho para outras potências mundiais – como China e Rússia – e também para potências regionais, tais como Turquia, Arábia Saudita, Irã ou Índia.

Também levamos em conta como fator fundamental do enfraquecimento relativo dos EUA *os efeitos sociais contraditórios da globalização no interior da sociedade norte-americana*. Eles sedimentaram as bases do enorme descontentamento social que se cristalizou no “voto de castigo” a favor de Trump.

1. O lugar dos conflitos geopolíticos

A atual conjuntura mundial poderia ser definida como um momento marcado (ainda que não exclusivamente) por contradições e confrontos “geopolíticos”; ou seja, tensões e disputas (mais ou menos violentas ou pacíficas) no sistema mundial de estados. Nem sempre foi assim nos últimos anos.

Considerando o período que vai de 2007 a 2008 – quando ficou evidente a crise financeira e econômica que tinha sido

“remendada” mas de forma alguma superada, alternaram-se diferentes aspectos predominantes no centro do cenário mundial.

No primeiro momento, o ator principal foi essa mesma crise econômico-financeira. A política central foi que “os de baixo” paguem o preço. Com isso, as perdas dos bancos, organismos financeiros e corporações “too big to fail” (grandes demais para falir) foram estatizadas e, em seguida, transferidas através de medidas de “austeridade” sobre os trabalhadores e os pobres. Milhões de famílias perderam suas casas nas estelionatárias hipotecas dos EUA e da Europa, mas sobram dedos de uma mão para contar as corporações financeiras das dimensões de Lehman Brothers que quebraram.

Assim, a crise foi “contida”, mas não solucionada em suas bases mais profundas. Continua presente, formando um longo ciclo de baixo crescimento ou estagnação direta, que impacta de forma desigual países e regiões, e agora põe em debate a tão alardeada “globalização”.

Depois das corridas de 2007-2008, outros acontecimentos ocorreram no cenário mundial. Foram anos marcados por intensos movimentos de protestos políticos e sociais. No auge, alguns configuraram rebeliões em massa, estenderam-se por toda uma região, derrubando governos e regimes. Algo assim já tinha se antecipado na América do Sul, com as eclosões na Bolívia, Equador, Argentina, etc., e foi o principal fator direto ou indireto que motivou a ascensão dos governos chamados “progressistas”, como o de Chávez, o mais notório.

Pouco tempo depois, por várias razões – desde os custos da crise econômica-financeira que os trabalhadores e setores populares começavam a pagar, até o ódio a governos e regimes autoritários -, o mapa do mundo ficou cheio de numerosos pontos “vermelhos” destes movimentos, protestos e rebeliões, de importância muito desigual e extremamente heterogêneos

social e politicamente.

Entre os vários protestos e rebeliões – que, durante esse período, constituíram a característica mais proeminente da situação mundial -, podemos mencionar os movimentos dos “Indignados” do Estado espanhol, a Occupy Wall Street nos EUA, os massivos protestos operários, da juventude e populares da França em 2010, as lutas dos trabalhadores e da juventude na Grécia contra “austericídio” imposto pela Troika, as manifestações em série da “Primavera Árabe”, que começaram também em 2010 na Tunísia e, em seguida, se espalharam para o Egito, Líbia, Síria, Iêmen e outros países da região... Depois, tivemos o movimento do Parque Gezi na Turquia (2013) e outras mobilizações notáveis. Embora mais tardios e contraditórios em seus conteúdos iniciais e suas políticas resultantes, as manifestações da Ucrânia em 2014, tanto no oeste quanto no leste do país, podem também se encaixar neste fenômeno global.

No Extremo Oriente, lembremos entre outros fatos, a rebelião dos “camisas vermelhas” (2010) na Tailândia ou a primeira greve geral da Índia (2012). Mas nessa região, o que um dia pode ter importância mundial inestimável é o caminho mais “evolutivo” da China. Lá, a imensa e jovem classe operária gerada por sua revolução industrial vem despertando e realizando importantes lutas, apesar do regime ditatorial. Ainda que haja oscilações, falta de coordenação e especialmente ausência de organização e de programa político global, o conflito na China tem sido mantido e atingiu um pico no final de 2015. Além disso, em Hong Kong, em 2014, uma rebelião democrática, liderada pela juventude, pôs em apuros no enclave a ditadura dos burocratas bilionários de Pequim.

No entanto, estes protestos e rebeliões não estão hoje na primeira linha do cenário mundial. Tem havido desvios à direita; o mais terrível, a derrota da “Primavera Árabe”. Simultaneamente, houve a multiplicação dos conflitos e das

crises no sistema mundial de Estados. Na primeira fila, aparecem crises “estatais” e/ou confrontos diretos ou indiretos entre estados que, no caso do Oriente Médio, resultaram em guerras. Em outras palavras, predominam os acontecimentos que se denominam “geopolíticos”.

Isso tem a ver – entre outras razões- com o fato de que essas lutas e protestos político-sociais a que aludimos anteriormente não conseguiram geralmente vitórias retumbantes nem gerar processos progressivos ou revolucionários sustentados. No momento, predominam tendências à direita, sem que isso constitua de modo algum um quadro uniformemente sombrio, nem, muito menos ainda, que não haja tendências opostas.

Em suma, sem que as lutas sociais e políticas se tenham esmorecido, muito menos solucionado a crise crônica da economia capitalista mundial, o que mais se destaca são fatos de outra natureza, os confrontos e os conflitos geopolíticos. Assim, os mais diferentes setores acadêmicos e/ou políticos elaboram esquemas e prognósticos em torno das alianças e rivalidades entre estados.

Aqui, em primeiro lugar, procuramos uma definição abrangente da atual situação geopolítica mundial, marcada por crescentes tensões e crises, onde os EUA já não representam a principal potência. Dentro deste quadro geral, consideramos o caráter da China e da Rússia como estados. É que ambos são hoje protagonistas centrais no cenário geopolítico mundial, isso ocorrendo em paralelo aos crescentes problemas geopolíticos e internos dos EUA e da União Europeia. Além disso, vemos duplamente necessária uma caracterização de sua natureza como estado, uma vez que são considerados, por diferentes setores, mais “progressistas” do que os tradicionais imperialismos dos EUA e Europa.

Finalmente, em um apêndice histórico, veremos sinteticamente definições sobre as etapas geopolíticas anteriores que

precederam o mundo atual, nascidas em 1989-91 após o fim da União Soviética e da restauração capitalista em praticamente todos os Estados que se proclamavam “socialistas”.

2. Um sistema “multipolar” mundial de Estados com tendências crescentes à instabilidade

“Os Estados Unidos cambaleiam pelos efeitos da guerra do Iraque... A invasão do Iraque em 2003 causou danos permanentes aos EUA no mundo. Após a queda de Saddam Hussein, a violência sectária destruiu o Iraque, e o poder dos Estados Unidos começou a enfraquecer. Não só o governo de George W. Bush fracassou em sua tentativa de mudar a ordem na região através da força, mas também os custos políticos, econômicos e de poder desta aventura minaram finalmente a posição mundial dos EUA. A ilusão de um mundo unipolar desapareceu.”(Frank Steinmeier, ministro das Relações Exteriores da Alemanha, “Germany’s New Global Role”, *Foreign Affairs* vol. 85, no. 4, julho-agosto de 2016).

O ministro das Relações Exteriores de Merkel tem razão ao alegar que “a ilusão de um mundo unipolar desapareceu.” E se procurar caracterizar o panorama do sistema mundial de Estados na atualidade com apenas uma palavra, deveria começar por defini-lo como o oposto; ou seja, como “multipolar” ou, talvez, “policêntrico”, embora, é claro, existam enormes desigualdades entre vários pólos. E, além disso, uma só palavra não é suficiente para retratar um complexo e contraditório cenário geopolítico. Da mesma forma, é muito importante acrescentar que estes “pólos” – grandes, médios e pequenos – e suas relações cruzadas, mostram hoje certa instabilidade, desequilíbrios e sobretudo tensões crescentes e conflitos, alguns em estado potencial e outros já em andamento.

As tensões ocorrem tendo como pano de fundo um ciclo recessivo de longa duração na economia global. Em 2008, a

crise teve um sério pico. Mas, então, as coisas não se resolveram reiniciando um ciclo de crescimento sustentado. Tudo é “anêmico”, ainda que de forma desigual: a “anemia” da China não tem as mesmas taxas do que a da Itália. Contudo, em todo o mundo, as consequências dessa “anemia” são pagas pelas massas trabalhadoras e populares.

Isso também se reflete em outros dados que sintetizam o engessamento da chamada “globalização”: durante os quase 25 anos antes da crise de 2008, o comércio mundial cresceu o dobro do PIB mundial. A partir de 2008, somente as duras penas conseguem igualá-lo. As supostas “vantagens” do capitalismo globalizado estão cada vez mais desacreditadas! Só têm favorecido, de um lado, a concentração mais escandalosa da riqueza na história da humanidade ...e, no outro lado, o crescimento fenomenal da desigualdade e da miséria: hoje, “o 1% mais rico da população mundial acumula mais riqueza do que os 99% restantes”.[\[4\]](#)

Mas os governos continuam seguindo a Bíblia do capitalismo e os Evangelhos da globalização neoliberal, e continuam negociando “tratados de livre comércio”, ainda que por baixo dos panos tomem medidas protecionistas pontuais, que já indicam tendências de que a coisa não vai bem!

É verdade que “a ilusão de um mundo unipolar desapareceu” após os EUA começarem as aventuras do Iraque e do Afeganistão, as quais ainda não terminaram de sair completamente. Mas por que o “mundo unipolar” se revelou tão rapidamente uma ilusão? Só por causa do Afeganistão e do Iraque? Ou porque esses fracassos revelaram as debilidades e problemas mais sérios da “superpotência”, enquanto a China entrava em cena e a Rússia retornava?

Essa “ilusão de um mundo unipolar” tinha sua razão de ser. Nasceu em 1989-1991, com o colapso e desintegração da União Soviética. É que, geopoliticamente, o mundo pós-Segunda Guerra Mundial foi visto principalmente como “bipolar”: EUA

versus União Soviética. Era o período da chamada Guerra Fria.

Mas, de repente, um dos pólos da “bipolaridade” desapareceu. Então, a definição parecia muito, muito simples, aritmeticamente: $2-1 = 1$. Restava um só pólo geopolítico: os Estados Unidos. Em outras palavras, estávamos no mundo unipolar!

As coisas mostraram-se mais complicadas. Isso tem a ver com os processos econômicos, políticos e geopolíticos que se desenvolveram nesse mundo relativamente “bipolar”, desde seu nascimento em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial. Nesse pós-guerra se iniciou a Guerra Fria, que, na verdade, sempre esteve contida e regulada pelos acordos de Yalta-Potsdam, pelos quais Washington e Moscou repartiram o mundo. A União Soviética, um dos pólos, tinha se “dissolvido”. Mas o pólo triunfante, Estados Unidos, depois de quase meio século de mundo bipolar, não era igual nem mais forte do que no início, em vários aspectos fundamentais que veremos a seguir.

Poderíamos comparar isso com uma corrida de longa distância em que competem dois corredores. Um deles, a URSS, cai repentinamente vítima de um infarto. O outro corredor, EUA, atinge a linha de chegada e é o vencedor, mas isso não significa que sua saúde esteja melhor ou igual do que no momento da partida, 45 anos antes. Com efeito, durante esse longo período, os EUA, como Estado, teve seus “problemas de saúde”... ainda que não mortais, como foi o caso da União Soviética. Vejamos alguns deles.

2.1. As guerras e suas consequências

Em 1975, pela primeira vez na história, EUA – superpotência militar jamais derrotada – perdeu uma guerra, a do Vietnã. [\[5\]](#) Para piorar a situação, este resultado não foi apenas militar, mas também subproduto de uma enorme

mobilização das massas: juventude e classes populares nos EUA, que abriu uma crise política e também das forças armadas.

É verdade que este movimento de massas contra a guerra, assim como o movimento dos direitos civis dos afro-americanos que o precedeu, foram, então, em grande parte “reabsorvidos” pelo sistema, mas não sem dar concessões e fazer mudanças com certas implicações.

Uma delas, de importância geopolítica, foi o giro para um exército exclusivamente profissional, uma mudança facilitada pelos avanços tecnológicos em assuntos militares. Isto tenta evitar que se repita a rejeição popular a futuras guerras, que, no caso do Vietnã, tinha sido exacerbado pelo serviço militar obrigatório que atingia às famílias.

A profissionalização das forças armadas foi eficaz para evitar, nos casos do Iraque e do Afeganistão, a repetição de protestos em massa. Mas não solucionou o paradoxo de uma grande potência imperialista que tem de evitar os envios massivos de tropas em suas intervenções e deve substituí-los por aviação, drones e tecnologia. Problema que seus atuais rivais, Rússia e China, parecem não ter.

2.2. Do “American Dream” (sonho americano) ao pesadelo da globalização

Não se deve subestimar o tema das guerras nem, mais especificamente, o fracasso da aventura geopolítica de Bush de colonizar quase diretamente o “Grande Oriente Médio”. Mas há outro fator tão ou mais importante do que essas guerras para explicar as inesperadas debilidades do imperialismo mais poderoso, depois de ficar sozinho no palco após 1989-1991.

Referimo-nos à progressiva deterioração das condições de vida e de trabalho nos EUA, e ao crescimento paralelo da desigualdade social. Isso começou em meados dos anos 70 e

vai se aprofundando cada vez mais em sintonia com a globalização que, nos anos 90, recebe outro impulso formidável, decisivo: a queda da União Soviética e a restauração capitalista na China e todo o (falso) “mundo socialista”. Depois, com a crise de 2008, apresenta-se ao mesmo tempo a oportunidade de dar mais um golpe para liquidar o que restou das concessões e conquistas dos bons tempos do pós-guerra.

Recordemos que em meados dos anos 70 terminaram os “30 anos gloriosos”, ou seja, as três décadas de bonanza do pós-guerra. Foi o maior período de crescimento econômico da história do capitalismo nos países centrais; a saber, EUA, Europa (ocidental) e Japão. Simultaneamente, as concessões do Estado e das patronais – conhecidas como “Estado de Bem-estar social” – também foram sem precedentes naquelas décadas. Não só eram concessões possíveis em meio a essa bonanza, mas também inevitáveis por força dos movimentos operários e, também, da concorrência com o “comunismo”.

Embora com menos concessões do que os Estados europeus, os Estados Unidos, nesse período, foi o “mundo feliz” da classe operária e trabalhadora e, também, dos setores da classe média, pequenos comerciantes e empresários... claro, desde que fossem WASP (White, Anglo-saxão, Protestante).[\[6\]](#)

No Manufacturing Belt (cinturão industrial), que se estendia por vários estados dos Grandes Lagos ao Atlântico, estava o que quase poderíamos chamar “fábrica do mundo”. Hoje a região mudou de nome. Agora, é conhecida como o Rust Belt (cinturão da ferrugem): apenas restam ruínas de grande parte dessas fábricas e das grandes cidades industriais como Detroit.

Frente à crise que eclodiu em meados dos anos 70, o capitalismo norte-americano liderou um salto qualitativo no processo de globalização, que já se havia reiniciado no final da guerra. Isto teve vários componentes, como, por

exemplo, a globalização financeira, que se instalou principalmente em duas capitais: Nova York e Londres. No entanto, o mais importante, que transformou a produção em escala mundial, foi a globalização da produção, facilitada pela revolução dos contêineres no transporte marítimo e por outros avanços tecnológicos.

Os produtos industriais não são fabricados em um só lugar ou um só país. Hoje os processos produtivos são levados a cabo em vários países, e suas partes convergem em algum ponto do planeta onde se monta o produto final, desde um automóvel a um computador.

Esta “deslocalização” mundial da produção permitiu ao grande capital – cada vez mais concentrado em oligopólios – colocar os trabalhadores do mundo inteiro competindo entre si, para explorar todos mais e melhor: o pária da Índia, China ou México contra o operário “privilegiado” dos Estados Unidos, Grã-Bretanha ou França. É um grande negócio pagar a um operário chinês ou mexicano 10% do salário de um americano para fazer o mesmo trabalho.

Apoiado nestes dois pilares, a globalização financeira e os oligopólios produtivos também globais, o capitalismo pisou no acelerador da globalização neoliberal, na qual os EUA desempenharam um papel central e, em grande parte, condutor.

2.3. Internacionalização da produção e finanças, mas com Estados nacionais.

No entanto, ao mesmo tempo, isso desencadeou ou agravou velhas e (principalmente) novas contradições. Entre elas, a crescente contradição entre os capitais que internacionalizam cada vez mais sua produção e finanças, por um lado, e, por outro, as consequências sociais e geopolíticas em seus respectivos estados, que permanecem sendo nacionais.

A sociedade capitalista, desde sua origem, esteve cruzada

pela contradição entre o caráter mundial da economia e o caráter nacional de seus estados. A globalização não a resolveu – como acreditavam alguns -, mas, pelo contrário, acirrou esta contradição a um novo nível e fez surgir novos aspectos.

Retomemos o exemplo dos EUA. Para o grande capital norte-americano globalizado foi um magnífico negócio fechar fábricas do Manufacturing Belt, convertendo-as em Rust Belt, o cinturão de ferrugem, e, simultaneamente, abrir outras na China ou no México, com salários incomparavelmente mais baixos.

Mas isso não foi apenas uma catástrofe social para os trabalhadores e classes médias, mas também para outros capitalistas que não fugiram a tempo. Além disso, do ponto de vista geopolítico, para o Estado e para o imperialismo norte-americano, teve consequências, no mínimo, contraditórias.

Em primeiro lugar, a globalização econômica e financeira proporcionou à grande burguesia imperialista dos EUA – o famoso "1%" – lucros sem precedentes, mesmo durante a crise. Mas, ao mesmo tempo, enfraqueceu os imprescindíveis alicerces do consenso do Estado e deteriorou suas bases sociais. Isso é o que as recentes eleições refletiram, através do triunfo muito distorcido de Trump. O descontentamento cresce cada vez mais!

É verdade que os EUA lideraram a "globalização" da produção e das finanças. No entanto, isso os fortaleceu em alguns aspectos, mas não em outros. Em 1945, os EUA produziram em seu território 50% do PIB mundial. Este ano, segundo dados do FMI, medido como PIB nominal, os EUA estaria em 24,5% (World Economic Outlook Database, International Monetary Fund. October 2016). E, medido como PPP (paridade de poder de compra), em 15,6%. Enquanto isso, a China – que em 1945 era nada comparada aos EUA – atinge 15,20%, medido pelo PIB

nominal, e chegaria a 17,5%, medido como PPP (“Report for Selected Country Groups and Subjects-PPP valuation of country GDP”, International Monetary Fund, 13-6-16).

E isto não se verifica apenas nos Estados Unidos. Também se aplica à Europa. Quando o Estado imperialista britânico foi social e institucionalmente mais sólido? Quando concentrava na ilha a indústria do Império Britânico, que também rivalizava de igual para igual com a Alemanha? Agora, que se desindustrializou relativamente (apenas 14% do PIB é industrial), a principal “indústria” são os serviços, incluindo em primeiro lugar a roleta financeira da City de Londres. Os “serviços” figuram hoje nas estatísticas com quase 80% do PIB! A quem ocorreria, ademais, nas velhas épocas, propor a separação da Escócia do Reino Unido?

Hoje, as ilhas britânicas e seu estado são atravessadas por uma crise social, com regiões industriais em ruínas, similares ao Rust Belt dos EUA. Seu voto foi decisivo para o triunfo do Brexit, que desencadeou a mais grave crise geopolítica, tanto da União Europeia e como no interior do Reino Unido, em relação à possível separação da Escócia.

E, passando ao continente: o clima de descontentamento e falta de legitimação de todo o edifício comunitário está fazendo desabar a União Europeia. É obra de algum vírus desconhecido? Isso se deve apenas aos imigrantes? E antes que eles chegassem, todos eram felizes? As indústrias floresciam com empregos estáveis e bons salários para todos? Ou os refugiados foram apenas a gota que transbordou o copo do descontentamento pré-existente?

2.4.0 surgimento da China como grande potência: um imperialismo em construção

No entanto, estas não são as únicas consequências negativas ou, ao menos, muito contraditórias para os Estados imperialistas tradicionais. As deslocalizações da produção

globalizada geraram zonas francas na América Central e no México geopoliticamente “controlável”... pelo menos até agora.

Na Ásia-Pacífico, as coisas têm sido diferentes e mais contraditórias. É que a globalização produtiva foi o mecanismo decisivo (ainda que não o único) para a emergência da China como grande potência, que agora está pisando nos calos dos Estados Unidos. Os investimentos na China e/ou o uso de sua indústria proporcionaram lucros colossais ao capital norte-americano e europeu. Mas isso, simultaneamente, implicou em um enfraquecimento geopolítico em seus Estados e crise social interna.

Com a China, surge-lhes um rival geopolítico cujo tamanho, somado ao “retorno” da Rússia, coloca os EUA cada vez mais longe do “mundo unipolar” governado por Washington, ilusão que, na década de 90, era dado como um fato. E não se trata apenas da China. A Índia também – que além de ser potência nuclear – constitui outro “peso pesado” e uma interrogação geopolítica.

Sobre um ponto específico do cenário da Ásia-Pacífico, analisaremos mais adiante a expansão da influência econômica e geopolítica da China, englobada nas iniciativas da “nova estrada da seda” e outros desenvolvimentos, bem como novas instituições internacionais promovidas por Pequim, paralelamente (e concorrentes) às fundadas pelos EUA no pós-guerra. Veremos também os crescentes atritos com os EUA e outros países da região, com ameaças de confrontos militares, especialmente depois que Obama anunciou o “giro ao Pacífico” para fazer frente ao novo “perigo amarelo”.

Aqui só veremos uma definição da China como Estado. Isto é importante, entre outros motivos, porque setores da esquerda, na América Latina e na Europa, consideram a China mais “progressista” ou, pelo menos, mais “benevolente” do que os EUA e o resto dos velhos imperialismos. Algo parecido, embora com diferentes argumentos, se dá nesses e

noutros círculos com relação à Rússia.

A respeito deste tema, ocorreu durante anos uma confusão geopolítica sobre a constituição dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que colocou um falso sinal de igualdade entre Estados muito diferentes.

Parece-nos que a definição mais correta do Estado chinês – e de sua emergência como potência capaz de medir forças com os EUA – é a de Pierre Rousset: “um imperialismo em construção” (ver seu texto “China – Um imperialismo em construção”, jornal *Socialismo ou Barbarie* Nº 304, 11/09/14). Neste texto, polemiza com razão contra a fábula dos BRICS e dos famosos “Estados emergentes”, que tantas fantasias econômicas, políticas e geopolíticas inspiraram na década passada. Muito se especulou sobre o projeto da associação econômica-comercial das “cinco economias nacionais emergentes mais importantes do mundo”. Na verdade, a única coisa que tinham em comum como estados era sua grande extensão e população (embora a África do Sul nem isso). Mas nem os BRICS, nem o BRIC (sem a África do Sul) confirmaram esses sonhos. O impacto da crise, que começou em 2008, destacou as diferenças.

Além disso, esses países têm sido caracterizados como “sub-imperialistas” uma categoria de certa utilidade cunhada no século passado por Ruy Mauro Marini – teórico da “dependência” – para caracterizar o papel do Brasil na América do Sul sob a ditadura militar nos anos 60, quando era uma espécie de polícia continental, comissário de Washington. Mas é evidente que hoje nem a China nem a Rússia exercem o papel de sub-imperialismos regionais sob o comando de alguma outra potência global.

A burocracia maoísta (reconvertida ao capitalismo) que governa a China aproveitou a colossal oportunidade e, desde os anos 90, converteu-se na “fábrica do mundo”, o que levou a uma verdadeira revolução industrial. Sob as palavras de

ordem de Deng Xiaoping, “ficar rico é maravilhoso”, a burocracia tornou-se bilionária, mas isso não significa que se converteu em laçao sub-imperialista dos EUA, como é o caso (histórico e irremediável) da grande burguesia brasileira.

A chave principal desta diferença é a existência de uma grande revolução, a de 1949, uma das mais importantes do século passado. Não foi uma revolução operária e socialista, e sua burocracia a conduziu, ao final, a um capitalismo com padrões de exploração selvagem. Mas também realizou uma transformação social que varreu a velha burguesia subserviente aos Estados Unidos e outros imperialismos, consumou uma revolução agrária e lançou as bases da independência nacional. É sobre este terreno que a burocracia bilionária se apoiou para erigir a China como segunda potência mundial.

A peculiar formação econômico-social da China, onde uma burocracia governante gerada por uma revolução se “reconverte” em burguesia bilionária é, simultaneamente, a força e a debilidade de seu regime. O marxista chinês Au Loong Yu, ao polemizar com Giovanni Arrighi, em seu livro *Adam Smith em Pequim* (2007), considera a China e seu regime assim:

“As experiências do Ocidente levaram a considerar a burocracia e a classe capitalista como dois grupos sociais diferentes e até opostos. No entanto, na China, a burocracia **é** a classe capitalista [...]. Se o Estado-partido conserva a propriedade dos comandos da economia, não é por causa de qualquer adesão ao ‘socialismo’, como faz entender Arrighi. É simplesmente porque a elite dirigente não tolera abandonar os setores mais rentáveis da economia. [...] Mas, por mais hegemônico que seja, o Estado-partido funciona de maneira contraditória. É eficaz para controlar a população, mas perde progressivamente o controle sobre si mesmo. Não pode controlar sua própria voracidade, sua corrupção nem tampouco

suas dimensões. O número de funcionários não deixa de crescer, apesar das diretrizes do governo central. Os escândalos são exemplos do lugar da corrupção, que se traduzem em desconfiança e ódio profundo da população pelos funcionários do governo; além disso, a desintegração do tecido social coloca um número crescente de cidadãos à beira da rebelião” (Au Loong Yu, “Fin d’un modèle ou naissance d’un nouveau modèle ?”, *Inprecor*, N° 555, novembro 2009).

E, de fato, desde que Au Loong Yu escreveu isso, os chamados “incidentes”, tanto operários como populares, tenderam – com altos e baixos – a se multiplicar. E um caso especial foi a “rebelião dos guarda-chuvas” de Hong Kong.

Com Xi Jinping, que assume o comando do PCC em 2012, há uma tentativa de fazer frente aos desafios internos e externos. Internamente, há uma limpeza anti-corrupção, mas que muito provavelmente não acabará com uma questão que é estrutural e que faz parte do modo de dominação e distribuição da mais-valia no sistema simbiótico de burguesia-burocracia. Externamente, se lança a iniciativa da Nova Rota da Seda, que veremos mais adiante.

2.5. Rússia: um imperialismo em reconstrução?

A atual natureza da Rússia é também um tema importante de debate como o da China. E com relação a isso, também variam muito os pontos de vista que aparecem na “esquerda” em geral. Enquanto alguns apresentam a Rússia de Putin como um imperialismo completo, no outro extremo, é descrita quase como uma inofensiva semicolônia, que faz tudo o que pode para se defender dos provocadores da OTAN. “Rússia uma potência imperialista, parte do ‘centro’ do capitalismo global? Ou, dadas as suas características econômicas, sociais e político-militares é identificada como parte da ‘periferia’ ou ‘semiperiferia’ global; ou seja, como um dos países (maioria) que, em maior ou menor grau, são alvos de assédio e pilhagem imperialista?” (Renfrey Clarke e Roger

Annis, "The Myth of 'Russian Imperialism': in defence of Lenin's analyses", *Links*, 29-2-16). Essa é a pergunta retórica que faz um dos muitos polemistas, cuja opinião é que a Rússia não é "uma potência imperialista." E remetem-nos a Lênin – em "O imperialismo, fase superior do capitalismo" (1916-17) – e à definição sintética que formula acerca do imperialismo. [71] Nessa definição, evidentemente, a Rússia atual não entra totalmente. Mas tampouco entraria a Rússia czarista da época de Lênin. No entanto, a ninguém da época – nem a Lênin – ocorreria dizer que a Rússia não era um imperialismo, ainda que, obviamente, não era como o Império Britânico, Alemanha, França ou EUA, e apresentava atrasos ainda piores do que os da Rússia atual. É que a Rússia czarista (e hoje também a Rússia de Putin) tinha uma combinação extrema de desigualdades, de traços econômicos e sociais atrasados e avançados. Em algumas cidades, havia as maiores fábricas da Europa e, em outras regiões, um atraso de séculos, com relações servis ou até tribais no campo. Financeiramente, os czares eram uma semi-colônia dos banqueiros de Paris, enquanto, ao mesmo tempo, imperavam sobre inúmeras nações não russas, etc.! Não é por acaso que foi um russo – Leon Trotsky – quem formulou a "lei do desenvolvimento desigual e combinado", inspirando-se explicitamente na realidade russa de contrastes extremos e de "amalgama de formas arcaicas e modernas"! A Rússia que emerge após a dissolução da União Soviética em 1991, depois de mais de seis décadas de stalinismo, não era certamente a Rússia dos czares, mas tinha pouco que invejar em termos de "contrastos extremos", por exemplo, entre uma indústria militar e aeroespacial que rivalizava e, em alguns aspectos, superava os EUA, e uma economia onde os hidrocarbonetos eram ainda a principal fonte de divisas, como o Equador ou a Venezuela. Mas não nos enganemos: no quadro geopolítico do planeta, a Rússia não é a Venezuela nem tampouco o Equador. Os privatistas e os neoliberais extremistas que governaram com Yeltsin levaram a Rússia à bancarrota em 1998. É provável que, naqueles primeiros anos, o caráter da

Rússia, inclusive a possibilidade de sua fragmentação, estivessem com pontos de interrogação. Mas a reação nascida das entranhas do aparato do Estado – corporificado em Putin, que fez sua carreira no aparato militar especificamente – impôs um giro bonapartista. De maneira nenhuma, os oligarcas neoliberais que saquearam o Estado foram liquidados. Putin não tem nada de socialista ou anti-capitalista! Mas lhes impôs obediência, juntamente com nacionalizações de certa importância. Aqueles que o desafiaram acabaram presos, no exílio ou no cemitério. Claro que este clima repressivo também sopra para a esquerda ... A hostilidade crescente dos Estados Unidos, a OTAN e (de forma desigual) da UE – com provocações como a guerra com a Geórgia (2008), Ucrânia (2013-14) e os destacamentos militares no Báltico e na Polônia – não fez mais do que fortalecer sua imagem no interior da Rússia. Especialmente o da Ucrânia elevou a popularidade de Putin a taxas inalcançáveis para seus colegas ocidentais. A demonstração de força na guerra da Síria, que contrastava com as vacilações dos EUA e das potências europeias, completou o quadro. De alguma forma, a definição geopolítica da Rússia de Putin é fornecida pelo mesmo Putin. Seu projeto parte explicitamente da reivindicação histórica das Rússias, seus impérios e seus czares, de que se apresenta como continuação e reconstrução. Nesse sentido, para que não restem dúvidas, Putin acaba de erguer em frente ao Kremlin uma estátua monumental de Vladimir I, fundador da Primeira Rússia em 988. “Vladimir entrou para a história como o unificador e defensor das terras russas, como um político visionário. Agora nosso dever é nos levantar e enfrentar juntos os desafios e as ameaças modernas, com base em seu legado”, disse Putin ao inaugurá-la. Outros destacados czares que construíram o poder imperial, como Pedro o Grande, também figuram no hagiológico oficial. No entanto, para Putin há uma figura abominável e culpada de todos os males na história da Rússia: Vladimir Lênin. Em janeiro passado, Putin chegou a responsabilizá-lo *post mortem* pela desagregação da União

Soviética: “Colocou uma bomba sob a casa da Rússia, que depois explodiu” (Isabelle Mandraud, “Putin e o desafio de Lenin,” Viento Sur, fevereiro 2016). Qual é esta maldita bomba leninista, que desagregou os domínios da Rússia? O princípio defendido por Lenin (contra Stalin, ao se constituir a URSS) de “auto-determinação dos povos” com “plena igualdade” e o “direito de cada um abandonar a União” (idem). Putin, com toda franqueza, explica que vai na direção oposta. Nesse sentido, seu projecto de reconstrução, enquanto abomina Lenin, reivindica não só a Rússia imperial dos grandes czares, mas também a de Stalin, embora neste caso evite prudentemente personalizar. Para isso, toma um grande fato histórico, a luta heróica e a vitória da União Soviética sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. Os desfiles militares monumentais que organiza em frente ao Kremlin, são presididos por dois escudos colossais, o da águia de duas cabeças usado pelos czares e o da foice e o martelo. Mas, como fazia Stalin, este triunfo sobre o nazi-fascismo é esvaziado do seu conteúdo internacionalista: é “a Grande Guerra Patriótica”. Esta reconstrução ou recomposição geopolítica encaminhada por Moscou olha para o Oriente e também para o Ocidente. Expressou-se tanto frente à questão da Ucrânia quanto aos projetos “euro-asiáticos” que estão em curso com a China e vários países da Ásia Central. E é baseado nela que Moscou intervém também decisivamente na guerra da Síria.

3. Principais pontos de tensões e conflitos geopolíticos no atual cenário mundial

Conforme esclarecemos no início, este artigo foi concluído às vésperas das eleições nos EUA. A mudança de comando do imperialismo norte-americano pode também mudar, em maior ou menor medida, a situação de alguns ou de todos os cenários. Enquanto isso, aguardamos numa espécie de “limbo” geopolítico até a posse de Trump, em 20 de janeiro de 2017.

Atualmente, vemos *cinco áreas principais de tensão e de conflitos geopolíticos* que se desdobram mundialmente. A primeira é a do Oriente Médio, com suas várias guerras e confrontos diretos ou indiretos entre os Estados. A segunda é a da Ásia-Pacífico, cujos principais protagonistas são a China e os Estados Unidos. A terceira é a da “frente europeia”, com duas expressões: por um lado, o Brexit e a chamada “crise existencial” da União Europeia; por outro, o confronto entre EUA-UE-OTAN *versus* a Rússia, que hoje tem uma força militar expressiva na Ucrânia. A quarta, na América Latina, que se expressa na crise e naufrágio quase total do bloco “progressista”. A quinta e última abrange os múltiplos conflitos da África-subsaariana e Nordeste da África (Chifre da África).

3.1. Guerras no Oriente Médio depois da Primavera Árabe afogada em sangue

Dentre esses conflitos geopolíticos, o mais impactante (mas talvez não o mais decisivo em longo prazo) se desenrola hoje no Oriente Médio. Em primeiro lugar, a guerra da Síria (ou melhor, da Síria-Iraque). A derrota da Primavera Árabe dá lugar a guerras civis combinadas com confrontos geopolíticos e intervenções de outros Estados, na Síria, Iraque, Líbia, Iêmen, etc.

Por uma combinação de fatores, que vão desde as operações das diferentes forças reacionárias (tanto locais como das potências imperialistas) até limitações sociais e políticas dos movimentos iniciais, a Primavera Árabe levou a derrotas ou retrocessos de gravidade variável. O pior foi o da Síria, também estreitamente relacionado aos processos político-sociais do Iraque e do Líbano.

Na parte oriental do “Crescente” ou “Crescente Fértil”, as mobilizações de massa que tomaram forças especialmente na Síria durante 2011, foram substituídas por aquilo que poderíamos chamar de “pluri-guerras” ou “multi-guerras”,

onde não há simplesmente dois grupos combatendo, duas partes em conflito, mas uma complexa teia de atores diretos ou indiretos, locais ou externos (que trabalham, esses últimos como “sponsors” ou patrocinadores). Falamos de “pluri-guerras” ou guerras “multifacetadas” porque na Síria-Iraque, especialmente, há uma combinação flutuante de diversos conflitos armados que é necessário diferenciar, ainda que às vezes não seja fácil. A principal destas “pluri-guerras” se desenvolveu centralmente na Síria-Iraque, com confrontos que se estendem ou refletem no Curdistão turco e no Líbano.

Uma guerra parecida (embora com outras complexidades) começou também na Líbia após a queda de Gaddafi em outubro de 2011. Depois, no Iêmen, a derrubada do presidente al-Hadi, em setembro 2014, provocou um conflito no qual não só intervieram a Arábia Saudita e outros países árabes (com apoio dos EUA), como também agiram por conta própria e controlaram territórios a Al Qaeda e o Estado islâmico.

No Egito, outro grande epicentro das rebeliões no Oriente Médio, o golpe de Estado militar e a ditadura de al-Sisi impuseram uma pesada derrota que provavelmente não vai durar para sempre, mas que, até agora, não foi superada. Hoje, o regime militar parece estar em um processo de deterioração – tanto por razões econômicas como pela perda de consenso político-social – o que dá lugar, de tempos em tempos, a fortes explosões de protesto. Mas é difícil medir este declínio, embora seja evidente que o apoio inicial a al-Sisi de setores de massas (incluindo a classe operária) foi esvaziado. A ditadura tenta compensar isso com mais repressão.

Na Síria (epicentro, juntamente com o Iraque, dos confrontos armados e também da situação geopolítica do Oriente Médio), a militarização dos conflitos tirou de cena um movimento de massas populares que não tinha nenhuma maneira de continuar sua revolta, nesse novo terreno, de forma unida e politicamente independente. Isto se agravou qualitativamente

porque, diferentemente do Egito, a classe operária e trabalhadora e suas organizações não desempenharam nenhum papel no início da rebelião síria. Tudo foi exclusiva e excessivamente “popular”, com o agravante de que a Síria eo Iraque têm um mosaico étnico e sectário, que inexistente no Egito.[\[8\]](#)

Na época, muitas correntes de esquerda no Ocidente supervalorizaram a tendência à militarização, como se fosse um salto para um nível superior de luta da rebelião inicial. Mas a lição é que, sem fortes organizações políticas revolucionárias, o passo para a luta armada em uma rebelião de massas, mas também caótica e sem a menor preparação político-militar, não é em si automaticamente progressiva. Pode deixar a porta aberta a situações e fatores muito adversos.

As massas mobilizadas inicialmente por palavras de ordem democráticas elementares foram substituídas por uma guerra caótica de dezenas de aparatos militares, que, em sua grande maioria, não são independentes, mas patrocinados por diferentes Estados regionais (Arábia Saudita, em primeiro lugar, seguida por outros governos do Golfo, Turquia, etc.) e/ou potências imperialistas, com os EUA, que lidera.

As primeiras e dispersas forças de autodefesa dos protestos democráticos, compostas inicialmente por desertores do exército de al-Assad, foram total ou parcialmente dispersas por aparatos militares, em sua maioria islâmicos, com combatentes, em maior ou menor medida, importados e/ou subsidiados pela Arábia Saudita ou outros Estados do Golfo, que, em muitos casos, têm pouco a ver com as populações onde atuam. Uma notável exceção nesse panorama foram as milícias curdas, operacionalmente importantes, mas que não alteraram o cenário global.[\[9\]](#)

Este cenário tornou-se ainda mais complexo com o surgimento do Estado Islâmico, surgido no Iraque, mas expandido na

Síria, e alimentado também de jihadistas da mais variada origem, com uma parte notável da Europa Ocidental e da Rússia. Trata-se de uma guerra que terminou abertamente abrangendo dois países (Síria e Iraque) e tem envolvido cada vez mais outros estados.

É que também, do lado do governo de Damasco, outras forças e potências regionais e mundiais foram vindo à tona. O Irã – potência regional que enfrenta a Arábia Saudita – através de seu protegido no Líbano, o movimento Hezbollah, foi o primeiro a intervir principalmente contra os grupos jihadistas. As derrotas infligidas ao Estado Islâmico, que parecia irreprimível, pelos combatentes curdos a partir da batalha de Kobane (janeiro de 2015) e as operações posteriores, já tinham mudado o cenário da guerra.

Mas a grande mudança militar foi determinada pela intervenção direta da Rússia a partir de setembro de 2015. Suas operações principalmente aéreas determinaram uma reversão da guerra que favoreceu o governo de Damasco, sem que isso haja significado que o resultado da batalha esteja já decidido.

Neste giro (que ainda não é definitivo) em favor do regime de al-Assad, pesaram não só as ações militares da Rússia. Também interferiram, contraditoriamente, a magnitude e as consequências da barbárie islâmica, que, para muitos, faz a ditadura “laica” de al-Assad parecer como o mal menor. E não se trata só da ameaça do Estado Islâmico e da Frente al-Nusra (Al-Qaeda). Boa parte da chamada oposição “moderada” terminou agrupando-se oficialmente na sombra da Arábia Saudita, o que implica numa definição política e programática de que regime alternativo sustentam frente à ditadura de al-Assad. [\[10\]](#)

Este giro militar desfavorável aos EUA e seus amigos, e especialmente a ameaça do Estado Islâmico, foram fatores decisivos para o início das negociações e da formação do

Internacional Syria Support Group (ISSG) [\[11\]](#), com os EUA e a Rússia como co-presidentes. Isto propiciou algumas semi-tréguas na Síria, com negociações paralelas. No entanto, esta alternância de negociações e lutas não chegou, até agora, a uma definição. Neste momento, início de novembro, a sangrenta batalha de Aleppo se apresenta como o terreno onde as coisas serão decididas.

Nas dificuldades em alcançar uma saída negociada, refletem-se os diferentes interesses não só dos protagonistas sírios desta guerra, mas também, fundamentalmente, dos distintos estados mundiais e regionais, que nela intervêm direta ou indiretamente. Vejamos com mais detalhes esta complicação geopolítica.

Em primeiro lugar, como mencionamos, operam belicamente, por um lado, os Estados Unidos e dois de seus parceiros europeus menores, o Reino Unido e França; e por outro, a Rússia. Estas intervenções envolvem operações diretas, como os bombardeios aéreos na Síria e no Iraque, ainda que atuem sem tropas em terra ou com um número limitado de “especialistas”, como a Rússia e os EUA.

Mas, por sua vez, as intervenções estão interligados (ou, melhor, colidem) com as políticas (contraditórias) e os operativos das diferentes potências regionais, como a Turquia, a Arábia Saudita (e outros Estados do Golfo) e Irã. Cada uma delas tem interesses e políticas não apenas diferentes como também em maior ou menor medida contraditórias nessa zona, e também desenvolvem diferentes relações com as potências mundiais. [\[12\]](#)

Mais uma vez, a guerra é a continuação da política por outros meios. E os objetivos geopolíticos de cada uma dessas potências mundiais e regionais estão longe de coincidirem plenamente. Cada uma tem seu próprio programa! Portanto, cada qual faz sua própria guerra. Vejamos caso a caso.

Simplificando excessivamente, podemos dizer que os Estados Unidos queriam derrotar o Estado Islâmico mas também – em primeiro lugar? – tirar al-Assad para impor um governo pró-ocidental em Damasco que, também expulsasse os russos de suas bases navais e aéreas. Os EUA (e seus parceiros da OTAN) exigem a saída de al-Assad por ser um ditador cruel ... enquanto sustentam a não menos cruel ditadura de al-Sisi no Egito, a barbárie da monarquia saudita e o genocídio de Israel contra os palestinos.

A Rússia, ao contrário, quer manter suas bases navais e aéreas, e, em geral, seu peso geopolítico na região, até agora ligado à continuidade do regime sírio. Isso inclui manter al-Assad (ou pelo menos o Ba'ath) no governo, e esmagar os islamitas, que são também um problema, tanto dentro da Rússia como nas regiões do sul do Cáucaso e na Ásia Central.

O cenário geopolítico regional é ainda mais complexo, pela maior ou menor perda de controle do imperialismo norte-americano sobre duas potências regionais, Arábia Saudita e Turquia, que hoje fazem em boa medida seu próprio jogo, ainda que sem romper abertamente com Washington. Simultaneamente, Israel também diverge das orientações de Washington sob Obama, principalmente dos acordos com o Irã.

A Arábia Saudita patrocina, na Síria e em outros países, uma variedade de grupos de islamitas "bons" – que são apresentados como menos selvagens do que o EI ou a Frente al-Nusra (al-Qaeda da Síria) – para substituir al-Assad. Isso poderia garantir-lhe o domínio da Síria e a extensão da barbárie wahabita, variante do Islã sunita consubstancial ao poder da monarquia saudita. Além disso, à Arábia Saudita seria conveniente o colapso do governo de Bagdá no Iraque, por causa de sua estreita relação e dependência do Irã, seu grande rival como potência regional em uma competição convenientemente revestida de fanatismos religiosos: Riad, capital do Islã sunita, *versus* Teerã, capital política da

“heresia” xiita. Esse tem sido um dos pretextos do genocídio no Iêmen nas mãos da coalizão liderada pela monarquia saudita. Para complicar este imbróglio, é preciso acrescentar que os interesses e políticas dos outros estados do Golfo também não correspondem exatamente aos da família Saud.

Na Turquia, o governo de Erdogan deseja, em primeiro lugar, um genocídio dos curdos nos dois lados da fronteira com a Síria. Com esse objetivo, rompeu as negociações de paz com o PKK, que é a principal força política na parte do Curdistão sob domínio turco. Desde então, especialmente depois do fracassado golpe, em julho passado, Erdogan embarcou em uma aventura cada vez mais autoritária, implantando uma repressão brutal contra amplos setores políticos e da intelectualidade que não tinham nada a ver com aquele golpe.

Isso também faz parte de uma concepção geopolítica mais global chamada “neo-otomanista”, que pesa em seu movimento. Ou seja, o sonho de hegemonia regional de Ancara sobre os territórios que faziam parte do Império Otomano, como Síria e Iraque. Em nome desses interesses e projetos, Erdogan, descaradamente, não se preocupou com o Estado Islâmico, pelo menos até recentemente. Facilitou suas exportações de petróleo através da fronteira com a Síria e permitiu que por ela o EI recebesse armas e combatentes. Simultaneamente, operou contra os curdos, uma das poucas forças que provou ser capaz de derrotar o EI.

Ao mesmo tempo, Erdogan veio jogando com outra alternativa geopolítica -contrária ao “otomanismo”- a integração da Turquia na União Europeia, perspectiva que estava em suspenso. A crise europeia dos refugiadosa descongelou relativamente. Por 3.000 milhões de euros, para garantir uma maior abertura das fronteiras da UE para cidadãos turcos, e pela promessa de reabrir as negociações de ingressona UE, Erdogan prometeu conter os refugiados.

Tampouco tem sido um problema para os democratas de Berlim e Bruxelas que Erdogan, além dos renovados massacres de curdos, tenha dado um giro ditatorial, com perseguições crescentes e brutais à imprensa, aos intelectuais e aos partidos de esquerda ou direita que se atrevam a criticá-lo. Seu último passo para o estabelecimento de uma ditadura presidencialista foi o de tentar retirar as imunidades dos parlamentares de esquerda para poder prendê-los “legalmente”.

Este “vai e vem” de Erdogan sofreu mudanças bruscas após a fracassada tentativa de golpe militar em julho. Além de redobrar seu curso ditatorial e repressivo, deu um giro para tecer acordos com a Rússia, com a qual vinha tendo choques graves, como a derrubada de um avião que operava na fronteira com a Síria. Tudo isso pôs em questão tanto os acordos com a UE como suas relações com Washington. No entanto, enquanto abraça Putin, Erdogan restabelece relações com Israel, rompida em 2010, após o sangrento ataque sionista aos barcos turcos que levavam ajuda humanitária à Gaza. E fez isso sem que Israel satisfaça a reivindicação de suspender o bloqueio de Gaza.

O Irã, por sua vez, apresenta, como uma potência regional, interesses contraditórios, em especial com relação à Arábia Saudita. Apoiando-se em sua condição de metrópole da outra grande corrente do Islã, o xiismo, o Irã ampliou sua influência político-militar no Iraque, Síria e Líbano. No Iraque, após a invasão de Bush em 2003 e o início da resistência, os EUA tiveram, como eixo de sua política, que estimular os enfrentamentos sectários de xiitas versus sunitas, que “de quebra” favoreceram o Irã. Esta situação se agravou, ainda mais, depois da “retirada” das tropas dos EUA em 2011, deixando um governo sectário-xiita que aprofundou o apartheid com assassinatos, violações e pilhagens da população sunita. Neste forno, se cozinhou finalmente o Estado Islâmico.

O desmonte inicial do corrupto “exército” iraquiano diante do EI obrigou a uma recomposição política e militar, procurando uma maior inclusão, embora nela se conserve a hegemonia dos partidos e setores religiosos relacionados ao Irã.

Assim mesmo, no Líbano, a derrota, em 2006, da invasão de Israel pelo partido-exército xiita Hezbollah foi mais um triunfo de grande importância geopolítica que favoreceu o Irã. Agora, na Síria, o Hezbollah tem desempenhado um papel importante na luta em favor do regime de al-Assad, sustentado por Teerã.

Finalmente, o Irã, ao assinar o acordo nuclear com as potências do P5+1 (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China + Alemanha), acabou com as sanções que castigavam sua economia e o fortaleceu como potência regional.

Em resumo: Como se podem unir estes distintos atores geopolíticos, com interesses, em mais ou menor medida, opostos (ou, pelo menos, diferentes) para enfrentar seriamente o Estado Islâmico? O aspecto caótico do cenário da Síria, do Iraque e seus vizinhos tem a ver, em parte, com estas múltiplas discórdias.

O Oriente Médio combina também outros problemas geopolíticos de grande importância, ainda que hoje apareçam em segundo plano diante da Síria-Iraque. Em primeiro lugar, o do enclave colonial que é Israel, que é outra bomba-relógio geopolítica.

Hoje, as correntes políticas majoritárias em Israel abandonaram há muito tempo a farsa das “negociações pelos dois Estados”. A política de “limpeza étnica” se aplica mais do que nunca em Jerusalém e na Cisjordânia, onde se redobram os despejos forçados de famílias palestinas para transferir suas casas e campos aos colonos sionistas. E em Gaza, o bloqueio, vigiado também pela ditadura do Egito,

está levando a população a uma situação desesperadora sob todos os pontos de vista: alimentação, habitação, saneamento, provisão de água, etc.

Além disso, Israel é uma potência nuclear conduzida politicamente por setores racistas tão demenciais como provincianos(o que é comum nas experiências coloniais, desde a África do Sul “branca” até a Argélia “francesa”). Israel se habituou – já como norma – a promover periodicamente um banho de sangue que alinha sobretudo a “frente interna”. Esta situação – potencialmente perigosa – se agrava pelos relativos e crescentes deslocamentos no cenário geopolítico mundial. Washington já não é o árbitro final, o “super-imperialismo”, que punha ordem no mundo e também em seu próprio campo.

3.2. Tambores de guerra na Ásia-Pacífico: China versus EUA-Japão

Outra área do planeta onde os confrontos geopolíticos estão na “ordem do dia”- embora sem derramamento de sangue – é o da Ásia-Pacífico. Ali, sem muito barulho, como no Oriente Médio, ocorre o *confronto geopolítico mais importante e profundo* do século XXI. Este confronto – ainda que tenha como epicentro a Ásia-Pacífico – é muito menos “regional” do que os do Oriente Médio, e tem consequências mais diretamente globais. Mas, ao mesmo tempo, faz menos “ruído” do que o do Oriente Médio, porque este confronto é ainda potencial em nível militar. Até agora não foi disparado um só tiro, muito menos um míssil. Os principais antagonistas são China e Estados Unidos (seguido, de perto, pelo Japão). Cada um tem seu séquito de acompanhantes com distintos graus de fidelidade e compromissos (inclusive há vários que tentam colocar um pé em cada lado!). Isso se exacerbou depois do “giro ao Pacífico”, a reorientação geopolítica anunciada por Obama no final de 2011. A reorientação pretendia substituir a malfadada aventura dos Bush e dos “neocons”, a tentativa de colonizar diretamente o “Grande Oriente Médio”, que foi

iniciada com as invasões do Afeganistão e do Iraque. [\[13\]](#) Para os EUA, o núcleo geopolítico do “giro ao Pacífico” é o enfrentamento com a China, o que pode levar a conflitos de alcances mais amplos e de consequências muito mais graves do que as atuais do Oriente Médio. Isto inclui um conjunto de medidas, em primeiro lugar militares: mais de 60% da frota dos EUA mudaram-se para o Pacífico, e estão sendo construídas mais bases norte-americanas nas Filipinas, Austrália e outros países. Mas há também medidas políticas e econômicas, tais como o projeto de acordo do livre comércio TPP (Trans-Pacific Partnership). Em nível militar, isso implica um destacamento bélico em ambos os lados, de dimensões sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, já que inclui, como dissemos, o rearmamento do imperialismo japonês como aliado número um dos Estados Unidos. Sob seu atual governo de direita, o Japão abandonou a linha do “pacifismo” e de forças armadas “defensivas”, que foi sua política de Estado desde a pós-guerra. Ao mesmo tempo, a China está fazendo um giro não menos radical, composto por um leque de operativos políticos, econômicos e militares. Além de iniciar um vasto programa de reestruturação militar, que a transformará de potência terrestre-defensiva em potência marítima-ofensiva (como são os EUA ou o que foi o Império Britânico), a China iniciou vários projetos gigantescos financeiros e econômicos globais. Para estender seus braços sobretudo o mundo – e, em primeiro lugar, sobre a região Ásia-Pacífico-Índico em direção à Europa -, a China começou por fundar novas instituições financeiras globais como a Asian Infrastructure Investment Bank (em paralelo ao Banco Mundial), o New Development Bank (onde está associada à Rússia, Índia, Brasil e outros países) e o New Silk Road (Fundo para a Nova Rota da Seda). Este último diz respeito a um projeto estratégico chave de expansão de sua influência, tanto econômica e financeira, quanto política e militar. A antiga “rota da seda” era terrestre [\[14\]](#). A nova combina diferentes “traçados”, por terra e por mar, o que a amplia significativamente de Norte a Sul, abarcando desde a Rússia

até a África, o Oceano Índico e o Pacífico. Estas rotas definem, respectivamente, dois operativos distintos de desenvolvimento: o do Silk Road Belt Economic Belt e o do Maritime Silk Road. O primeiro tem a ver com as rotas por terra; o segundo, com as vias marítimas, o que inclui também bases, ilhas artificiais e portos sob seu controle. Assim, na Grécia, a COSCO, colossal empresa estatal chinesa de transporte de containers, apoderou-se do estratégico porto do Pireu, a partir do qual se pode chegar rapidamente a toda a Europa. A “nova rota da seda” visa não só ao comércio com a Europa (também bifurcações também para a África e América Latina), mas também conseguir, ao longo destas rotas terrestres e marítimas, clientes e/ou parceiros em diferentes empresas e projetos produtivos ou de infraestrutura, com diferentes graus de compromisso, tanto em nível estatal como privado. Com o Irã, por exemplo, Xi Jinping assinou, em janeiro passado, “acordos de cooperação” em 17 campos diferentes. Porém, ao embarcar no avião, não regressou diretamente à China, mas desceu na Arábia Saudita (o arqui-inimigo de Teerã), onde fez negociações similares, que incluíram também outros países do Golfo. Neste contexto, a China também vem desenvolvendo laços com a Rússia que parecem estar crescendo, e não apenas economicamente. Eles vão desde a construção da monumental ferrovia recém-inaugurada de quase 6.000 km (para comparar, lembremos que a distância entre Nova York e San Francisco é de 4.200 km) e Harbin-Ecaterimburgo (de onde se conectam a redes de ambos os países) até diversos acordos (como a “Aliança Energética” desde 2014). Esta Aliança é uma alternativa frente aos mercados europeus, que criaram problemas para a Rússia, as sanções do Ocidente em função da Ucrânia. A China assinou também acordos milionários de compra de armamentos, especialmente caça-bombardeiros e mísseis, áreas nas quais a Rússia rivaliza em condições de igualdade com os EUA. No início de 1996, a Rússia e a China formaram a Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Esta entidade agrupa também – com diferentes graus de compromisso (membros plenos,

observadores, convidados, etc.) – outros Estados, como as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, Irã, etc. A OCX tem ainda uma seção militar, ainda que esteja a anos-luz de ser algo comparável à OTAN. A Rússia e a China realizaram, por exemplo, exercícios militares conjuntos. Recentemente, a frota russa do Pacífico e a de Pequim fizeram, pela primeira vez, exercícios conjuntos no Mar da China Meridional, zona disputada, onde os EUA questionam a soberania chinesa e desencadeiam incidentes periodicamente. No entanto, embora as políticas internacionais da Rússia e da China tendam a uma convergência, não são exatamente as mesmas. Enquanto a Rússia na Síria bombardeia os islamitas patrocinados, em sua maioria, pela Arábia Saudita; Xi Jinping viaja simultaneamente a Teerã e a Riad para fazer negócios, no projeto da "Rota da Seda". O notável giro militar da China aponta fundamentalmente em outro sentido: em primeiro lugar, para a Ásia-Pacífico e, em especial, para o domínio dos mares adjacentes ao seu território, pelos quais circula mais de 40% do comércio mundial. Neste contexto, a China quer, acima de tudo, equilibrar ou superar o poder bélico dos EUA na região. Para isso, está fortalecendo rapidamente sua marinha e aviação, além de estar construindo bases nas várias ilhas e recifes dos mares da China, cuja soberania está em disputa. No Mar da China Oriental, são disputadas as ilhas Diaoyu (reivindicadas pelo Japão, que as denomina Senkaku), e no Mar da China Meridional, as ilhas Spratly e as Paracelso, reivindicadas pelas Filipinas e Vietnã. Isto não só incentivou essas disputas entre os países da zona, mas também estimulou provocações militares sistemáticas dos EUA. [\[15\]](#) O domínio militar desses mares costeiros ou vizinhos é o objetivo imediato. Mas isso significa, como dissemos antes, uma mudança militar radical: passando de potência militar terrestre a marítima, o que revela algo muito além de seus limites costeiros.

Isso reflete mudanças mais globais nas relações de força. Inicialmente, na época maoísta, a postura era defensiva,

baseada nas dimensões do território da China – um país-continente – e no número de sua população, que permitia arregimentar enormes exércitos, mas que não podiam ir muito além de seu território. Isso desanimava só um hipotético invasor terrestre. Enquanto isso, os mares da China, do Mar Amarelo até o Mar da China Meridional, eram controlados por porta-aviões da frota norte-americana, e o mesmo ocorria em todo o Pacífico.

Agora, isto é intolerável para a China, segunda potência econômica mundial, com planos de expansão global, como já foi explicado. O giro para potência marítima inclui a construção de mais porta-aviões e de uma frota de submarinos, e o desenvolvimento de várias ilhas artificiais e bases militares, que isolam seus mares costeiros.

No entanto, a distância entre a China e os EUA como potências marítimas é ainda colossal. Os EUA não só levam enorme vantagem no número de porta-aviões, como também, de forma geral, em tecnologia. Mas a China está encurtando estas distâncias. Anunciou, por exemplo, um novo míssil – o Dong Feng-21D-, chamado “assassino de porta-aviões”. Supostamente, a partir de 1.500 quilômetros, é capaz de atingi-los e afundá-los. Além disso, desenvolveu um caça dos chamados “de quinta geração”.

Contudo, a presença militar chinesa já não se reduz a seus próprios mares. Simultaneamente, começou a instalação de sua primeira base militar no exterior, em Djibouti, no Chifre da África, de onde controla a estratégica entrada para o Mar Vermelho e, portanto, as rotas marítimas para a Europa. Instalou-a perto da antiga base dos EUA. Os uivos de protesto de Washington não comoveram o governo de Djibuti, que hoje é apenas um dentre a extensa clientela de Pequim na África.

Claro, isso é ainda incomparável às centenas de bases dos EUA e da OTAN em quase todo o planeta. Mas a expansão

econômica global desenvolvida pela China, bem como os vários operativos de diferente natureza incluindo os projetos das “rotas da seda”, estão anexando elementos militares, especialmente em regiões consideradas “inseguras”, como a África ou o Oriente Médio.[\[16\]](#)

Consideramos que, há aproximadamente sete anos, a China é o principal parceiro comercial da África. Em 2014, seus intercâmbios chegaram a 210.000 milhões de dólares. Os investimentos diretos chineses multiplicaram-se por trinta em uma década, e mais de 2.500 empresas chinesas fazem negócios na África, em setores como finanças, telecomunicações, energia, manufaturas, agricultura e extração de matérias-primas.

Embora tenham respondido, desde o final de 2011, com o “giro ao Pacífico”, os EUA ainda precisam assegurar a eficácia e a magnitude deste giro. Especula-se que os EUA não podem sair ainda do pântano do Oriente Médio, para se dedicarem então plenamente ao novo eixo de confronto com a China. Os acordos com o Irã ajudaram, mas não resolveram tudo para os EUA na região. Além disso, é evidente que os EUA não conseguiram uma sólida “frente única” anti-chinesa, comparável à coalizão do Ocidente contra a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial.

O imperialismo japonês é, por razões óbvias, o parceiro mais fervoroso na cruzada contra Pequim; entretanto, até os aliados incondicionais dos Estados Unidos, como Coreia do Sul, preferem ser cautelosos e manterem, ao mesmo tempo, boas relações com China.[\[17\]](#) Outro caso ainda mais decepcionante para Obama foi a adesão imediata do Reino Unido – o mais próximo aliado histórico de Washington – ao Asian Infrastructure Investment Bank, rival chinês do Banco Mundial gerido pelos EUA. Os uivos de raiva em Washington pela deslealdade da “pérfida Albion” foram ouvidos em todo o mundo. Até mesmo a Austrália, importante membro da TPP, optou por ter um pé em cada canoa e se juntou ao AIIB.[\[18\]](#)

Outro exemplo da “variação do pêndulo” vem do Afeganistão e Paquistão, região estratégica para a rota da seda e para o domínio do Oceano Índico. Após a retirada da União Soviética do Afeganistão (1989) e de Bush invadi-lo, em 2001, a região do Afeganistão-Paquistão tornou-se território sob a única e incontestável hegemonia dos Estados Unidos, ainda que, com essa invasão irresponsável de 2001, tenha começado também o seu relativo declínio. Agora é a China que está pisando duro lá.

Isso se deve a alguns gigantescos empreendimentos chineses nos dois países, mas principalmente, no Paquistão, todos relacionados aos projetos da “Rota da Seda”. Por exemplo, a iniciativa de um “corredor sino-paquistânês” – composto por rodovias, trens e oleodutos – que, partindo do leste da China atravessará o Paquistão até Gwadar, antigo porto no Mar de Omã ou Mar da Arábia (no Oceano Índico). Lá, a China está construindo um novo e enorme porto.

Outros giros notáveis acabam de ser dados nas Filipinas e Malásia. Os dois países reivindicam o Mar da China Meridional, onde a China constrói suas ilhas artificiais e há frequentes incidentes navais e aéreos com os EUA. Mas, surpreendentemente, no final de outubro e novembro, os dois governos fizeram sua “peregrinação” a Pequim e juraram amizade e lealdade à China, virando as costas, ostensivamente, aos EUA.

O aspecto mais grave disso – como fato e como sintoma – é o das Filipinas, domínio colonial dos EUA desde o final do século XIX, quando foram instaladas várias das principais bases militares dos Estados Unidos no Pacífico. Em seu retorno da China, Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas, exigiu a retirada das forças militares dos EUA, no prazo de dois anos.

Em suma, com todas as contradições e complexidades, a geopolítica da Ásia-Pacífico está marcada pela ascensão da

China e pelo confronto com os EUA em virtude dessa ascensão.

Hoje, a grande questão é quais desdobramentos geopolíticos decorrerão da crise que se manifesta na economia chinesa. É difícil prever, tanto em nível estritamente econômico-financeiro como no âmbito político e geopolítico. Os dados “oficiais” da economia chinesa são duvidosos. É muito provável que as coisas sejam piores do que Pequim reconhece. Mas isso não significa, automaticamente, que as iniciativas expansionistas das “Rotas da Seda” e outros planos ousados se desacelerem, incluindo os aspectos político-militares que, em última instância, são o componente número um dos confrontos geopolíticos. Em vez disso, podem receber mais impulso.

É que muitas vezes na história as classes dominantes, com seus governos e estados, respondem à crise e aos problemas internos por intermédio de operações de expansão econômicas, políticas e militares no exterior. As dimensões da China como segunda potência mundial – com uma economia para qual é imprescindível a expansão em dois sentidos, de ida e de volta – torna difícil conceber uma tendência de fechamento em si. O principal obstáculo a isso seria se a crise econômica produzisse explosões e lutas sociais e políticas em grande escala, especialmente, se protagonizadas pelo imenso proletariado chinês, o mais numeroso e jovem do mundo.

3.3. O Brexit, a Ucrânia e as rachaduras no projeto da União Europeia.

A Europa apresenta uma agudização das tensões geopolíticas, inéditas desde a queda do Muro de Berlim e a desintegração da Iugoslávia, que tiveram sinais diferentes dos atuais. Na região, duas posições controversas se destacam hoje.

Na primeira linha está o Brexit, ou seja, a saída do Reino Unido da União Europeia, resultado do referendo de 23 de

junho passado. Este fato revela uma crise que abarca o conjunto da UE como tal. A isto se somam outras rachaduras que apontam para rupturas potenciais nos estados europeus, entre os quais a Escócia em relação ao Reino Unido, Catalunha a respeito do Estado espanhol, Flanders a respeito da Bélgica, etc.

Além disso, na Europa há uma outra frente de tensões geopolíticas que se expressam na crise, a secessão e a guerra civil na Ucrânia, que faz parte de uma operação geopolítica mais ampla, estimulada principalmente por Washington: o cerco militar dos EUA-UE-OTAN contra a Rússia. Isto envolve diretamente – como “carne para canhão” real ou potencial – uma quantidade de estados menores, em um arco que se estende do Mar Báltico ao Cáucaso, e onde a Ucrânia vem sendo a principal vítima.

0 Brexit e a crise da União Europeia

O relativamente inesperado Brexit é um fato de grande importância. Mas, precisamente por isso, há que se demarcar seus limites. É que, inicialmente, motivou caracterizações “catastrofistas” e desmesuradas. Marine Le Pen -por exemplo –a definiu como “de longe, o maior evento histórico que se conheceu em nosso continente desde a queda do Muro de Berlim”. Definições como essa se repetiram na Europa e no mundo. A queda do Muro em 1989 e sua consequência quase imediatamente, a dissolução da União Soviética em 1990-91, marcaram uma mudança mundial de época. Finalizou todo um ciclo histórico, que o marxismo definiu como de “crises, guerras e revoluções”, iniciado com a Primeira Guerra Mundial 1914-18 ea Revolução Russa de 1917. Uma de suas gigantescas consequências é que, a partir daí, se inicia a restauração do capitalismo em todos os Estados supostamente “socialistas” do planeta [\[19\]](#), incluindo, por exemplo, a China e o Vietnã, que não tinham nada a ver diretamente com a queda do Muro de Berlim. Outra consequência, não menos importante, foi o desaparecimento do Estado soviético, que,

durante todo esse período, havia desempenhado um papel mundial de liderança, ainda que extremamente contraditório. Como dissemos, a separação do Reino Unido da União Europeia é, indiscutivelmente, um fato de suma importância. E, além disso, não é apenas uma disputa entre o Estado e a União Europeia. Indica uma crise grave, "existencial" da UE, com perda de legitimidade e de consenso na Europa, mas suas consequências últimas (e suas dimensões) ainda estão por se ver. O primeiro aspecto a se considerar é que a campanha para que o Reino Unido rompesse com a União Europeia teve a hegemonia de setores de direita e extrema-direita. O eixo de propaganda da campanha foi a advertência sobre as "hordas de imigrantes selvagens" africanos, poloneses e romenos » que invadiriam o Reino Unido por causa da UE. Essas hordas não só eliminariam os postos de trabalhos dos britânicos, mas também "colocariam as mulheres britânicas diante do perigo de violações em massa" (como disse Nigel Farage, líder do UKIP, às vésperas do referendo). Foi uma campanha demagógica, que explorou medos e percepções relacionados à deterioração das condições de vida de amplos setores de trabalhadores, atribuindo-a aos imigrantes e não ao verdadeiro culpado, o grande capital. Também questiona a globalização, mas de um ângulo nacional imperialista e protecionista, que procura exaltar a "glória perdida" do Império Britânico (um ângulo similar ao que Trump adotou nos EUA, para que o imperialismo norte-americano recuperasse sua "grandeza nacional"). Em síntese: o Brexit é uma ruptura com a União Europeia... mas pela direita, não pela esquerda. É verdade que no voto para sair da UE (como também no voto por permanecer) entraram outras razões, diversas daquelas que as campanhas oficiais do "Leave" e do "Remain" apregoaram. São motivações contraditórias e opostas a essas campanhas oficiais. Por exemplo, o repúdio à austeridade e às privatizações, que são a "marca de fábrica" da União Europeia. Também a rejeição ao governo conservador de David Cameron, que era o chefe da campanha para permanecer na UE e que tem um recorde de

ataques aos trabalhadores. Mas esses motivos ficaram difusos.

Para compreender melhor estas contradições, é necessário comparar o referendo do Brexit com o realizado na Grécia, em julho de 2015, cujo resultado foi o categórico “Não” ao plano de austeridade que a União Europeia e a Troika pretendiam impor. Um plano que, entre outros, estabeleceu abertamente um protetorado colonial Berlin-Bruxelas sobre o país. Se, a partir dali, fosse a um “Grexit”, teria sido uma ruptura com a União Europeia, mas pela esquerda. Ou seja, oposta à do Reino Unido. Teria tido também um impacto sobre o conjunto da UE, mas em sentido contrário ao Brexit, um impacto para a esquerda.

A traição de Tsipras e do Syriza, ao capitular à Troika, não só impediu isso, mas também gerou internacionalmente desmoralização e desorientação da oposição, tanto frente aos planos de austeridade como frente à miséria que vinha crescendo na Europa.

É um fato que a vitória do Brexit provocou uma comoção europeia e mundial. Fortalece as tendências para a desagregação da ordem mundial erguida nas últimas décadas. E isso não é apenas um problema britânico: o Brexit é uma bomba continental. É a União Europeia como um todo que é questionada. O Brexit só reflete a crise e a deslegitimação global em dois aspectos fundamentais.

O primeiro aspecto é que a UE é uma instituição dedicada a aplicar essencialmente políticas neoliberais de privatização e de austeridade contra os trabalhadores, as massas populares e a juventude. Trabalha exclusivamente para o benefício do capital financeiro e das grandes corporações, sendo, em primeiro lugar, os bancos alemães e franceses. O segundo é o caráter profundamente anti-democrático da UE. O “Parlamento” europeu é apenas uma farsa sem qualquer poder. Esse “Charlamento” existe para dissimular que altos

funcionários escolhidos a dedo por esses poderes discretamente resolvem tudo.

Já é visível, cada vez mais, a irritante hierarquia de Estados: a Alemanha ordena e comanda, assistida pela França, que são os dois principais imperialismos continentais. Abaixo, estão as nações como a Grécia, cuja relação com a UE é a de protetorado colonial. E a distância entre os dois extremos cresce. Os de baixo, além de estarem na miséria, perderam suas soberanias nacionais, mas não para serem parte de uma suposta “soberania europeia”, mas para obedecer o que ditam os políticos e os banqueiros alemães e franceses a partir de Berlim e Bruxelas.

Estamos agora diante da deslegitimação e da crise mais grave dessas criações dos imperialismos europeus, que tem início com a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1950-1951, do Mercado Comum Europeu (CEE) em 1957, e, finalmente, de sua sucessora, a atual UE. De acordo com pesquisas, num eventual referendo, ganharia o voto de ruptura total ou parcial.

Diante desta crise, é imperativo que a esquerda socialista e revolucionária europeia defenda um programa independente. Há de se descartar as utopias de “reformular” a UE, mas também evitar as alternativas de direita, de retornar à total fragmentação dos estados nacionais. A crise da UE volta a colocar a atualidade do programa de “Estados Unidos Socialistas da Europa” ou da federação socialista.

A guerra da Ucrânia: EUA, UE e OTAN contra Rússia

Outra questão crucial é a da frente europeia no confronto EUA-OTAN com a Rússia. Aqui, a UE e seus Estados – inclusive “os que mandam” em toda a Europa, como a Alemanha – desempenham um papel extremamente subordinado a Washington.

O crescente confronto com a Rússia tem sido descrito por alguns como a “nova Guerra Fria”. Esta definição aponta para

características semelhantes – por exemplo, Washington vs. Moscou -, mas tem o perigo de negligenciar as diferenças estratosféricas com a verdadeira Guerra Fria, do Pós-Guerra. [\[20\]](#)

Este confronto reflete, acima de tudo, que os EUA (juntamente com imperialismos europeus de diversas matizes, unidos na OTAN) tinham e têm como norte impedir que a Rússia volte a levantar a cabeça, recuperando, em maior ou menor medida, o peso geopolítico da antiga União Soviética.

Claro, a atual Rússia de Putin está longe disso. Mas, se comparada, não com a ex-URSS em momentos altos, mas com a ruína quase semicolonial dos tempos do alcoolizado Boris Yeltsin, há de se concluir que conseguiu uma recuperação notável como potência mundial e regional. Na verdade, na Síria, os EUA tiveram de engolir vários sapos, e aceitar tratar o Kremlin de igual a igual.

No âmbito europeu, o caso da Ucrânia marca o confronto mais retumbante nessa região. Mas é só um último elo do cerco geopolítico e militar que os EUA ea OTAN foram formando ao redor da Rússia, do Báltico ao Cáucaso, imediatamente após o colapso da URSS.

O caso da Ucrânia também é um exemplo de como duas rebeliões populares – a primeira em Kiev e a segunda no Leste -, ambas com motivos inicialmente legítimos, foram finalmente controladas e enquadradas por forças políticas superiores afinadas com o imperialismo norte-americano e Moscou, respectivamente, uma vez que não existiam outras alternativas.

Como observado anteriormente, depois da dissolução da União Soviética em 1991, foi ignorada a solene promessa dos EUA à Rússia de que não tentaria estabelecer um cerco militar da OTAN. Contudo, essa foi a política sem variações de Washington: formar e estender esse cerco, apesar de, por

longo tempo, não só sob Yeltsin, mas também sob Putin, o Kremlin inicialmente tentou evitar o confronto com os EUA, cedendo e cedendo. Apesar disso, o cerco militar foi estendido do Báltico ao Cáucaso, na maioria dos casos mediante a incorporação à Otan de estados próximos ou fronteiriços (como a Polônia, a Romênia, etc.), e a instalação de bases de mísseis que apontam provocativamente para o coração da Rússia.

Nem a carta de intenção, que inicialmente os sucessivos governos russos fizeram, nem as desastrosas aventuras coloniais de Bush no Oriente Médio, suspenderam esse operativo de assédio. Assim, em 2008, Washington encorajou Mikhail Saakashvili – um aventureiro corrupto georgiano-americano que tinha conseguido assumir a presidência da ex-república soviética da Geórgia – a iniciar provocações bélicas contra a Rússia. Em poucos dias, isto terminou em uma catástrofe militar para os georgianos.

O caso da Ucrânia foi muito mais grave. Na inicial rebelião popular em Kiev, setores principalmente de jovens e de classe média da capital foram rapidamente cooptados: na base, pela militância de direita, e por cima, pelos políticos subordinados aos EUA. Entraram para a história as difundidas gravações telefônicas de Victoria Noland (responsável pelos Assuntos Europeus no Departamento de Estado), ditando a seus fantoches de Kiev a política e a composição do futuro governo “ucranianas”, e referindo-se à União Europeia e seus governantes em termos obscenos e depreciativos por vacilarem no confronto com Moscou.

Mas a política desses fantoches de Kiev – como a tentativa de proibir o idioma russo e, em geral, a hostilidade para com a Rússia – atingiu cerca de metade, ou mais, da população do país, a que vive no leste da Ucrânia, é russófona e deseja mais a união com a Rússia do que com a UE. Isso possibilitou a Moscou, apoiando-se nesses setores, recuperar a Criméia, e, no leste da Ucrânia, desencadear uma

segunda rebelião pela ruptura total ou parcial com Kiev e pela aproximação à Rússia. A guerra civil que se seguiu não terminou ainda, apesar das sucessivas negociações e “tréguas”. Continua em câmara lenta, prolongando uma situação que “não é de paz nem de guerra”.

Simultaneamente, isso levou não só à divisão, de fato, da Ucrânia, mas também à ruína de suas duas partes. Um economista ucraniano (pró-ocidente) resume, em poucas palavras, o panorama visto a partir de Kiev: “desindustrialização, degradação e despovoamento”, em um quadro de corrupção escandaloso (“A corrupção e a crise econômica ameaçam desmoronar a Ucrânia”, *El País*, 15- 2-16).

O que interessa ressaltar são algumas consequências geopolíticas. A linha de cerco, provocações e, finalmente, sanções impostas pelos EUA e acatadas pela União Europeia, longe de colocarem a Rússia de joelhos, levaram o Kremlin, sob Putin, a abandonar as políticas de conciliação a todo custo. [\[21\]](#) Melhor dizendo, em meio a uma grave crise econômica alimentada pela queda dos preços do petróleo, a linha de auto-afirmação do Estado russo se fortaleceu, em um cocktail estranho no qual se misturam a exaltação do Império dos czares, da Igreja Ortodoxa Russa, do regime de Stalin (juntamente com o categórico repúdio a Lenin) e da vitória na “Grande Guerra Pátria” contra a Alemanha nazista.

Finalmente, é provável que, sem a colisão geopolítica da Ucrânia, Putin teria pensado duas vezes antes de intervir na Síria, o que obrigou os EUA a buscarem uma saída política, tratando-o de igual para igual.

Além disso, as sanções econômicas impostas pelo Ocidente não conduziram à rendição de Moscou, mas ao giro à China. A dependência da União Europeia com relação à venda de petróleo russo se revelou geopoliticamente perigosa. Portanto, desde a crise da Ucrânia, Moscou está fechando acordos de venda com a China, substituindo a Alemanha como

principal comprador.

3.4. América Latina: crise e naufrágio do bloco “progressista”

Na América Latina, particularmente na América do Sul, as crises econômicas e políticas na Venezuela e em outros estados, o escandaloso processo “destituinte” do Brasil, e a ascensão, em Buenos Aires, de um governo neoliberal raivoso que se proclama abertamente servo de Washington, abrem a oportunidade para que os EUA tentem restaurar a submissão dos anos noventa. Isso não só preocupa as relações de cada um dos estados com o amo do Norte, mas também põe em causa vários agrupamentos e instituições latino-americanos, como o Mercosul, a CELAC (Comunidade de Estados da América Latina e Caribe), a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), etc., que expressam -muito timidamente – pretensões a uma maior independência dos EUA.

É óbvio que os EUA desejam liquidar o Mercosul – como, em dado momento, tentou George W. Bush com relação à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e fracassou – e desejam também que seus membros adiram à Trans-Pacific Partnership (TPP, que, com Trump, pode ser liquidada). O mesmo se aplica em relação à CELAC, nascida em 2010, no auge da influência do chavismo e dos governos “progressistas” latino-americanos. Ainda que a CELAC esteja longe de ter enfrentado a sério o imperialismo americano, tem um pecado de nascença: nela, não participam os EUA ou o Canadá. Só a sua existência já é um fato “preocupante”. Por isso, os EUA desejariam voltar à “normalidade”, isto é, ficar apenas a tradicional OEA (Organização dos Estados Americanos), com sede em Washington, que tem sido (com nomes diferentes) seu ministério das colônias desde o final do século XIX.

As crises econômicas e políticas que derrubaram ou enfraqueceram, em maior ou menor medida, os governos “progressistas” se inscrevem em alguns denominadores comuns.

Estes incluem o fim do ciclo de bonança dos preços das matérias-primas (commodities) e, acima de tudo, o fato de que nenhum destes governos, de Chavez a Lula, passando pelos Kirchner, aproveitou a oportunidade para capitalizar e revolucionar sua matriz produtiva típica de países dependentes, ou, ao menos, tomar medidas preventivas contra uma queda. E, claro, isto sem falar de uma mudança real, revolucionária, do sistema social.

No âmbito geopolítico, isto tende agora a agravar a dependência e a submissão desses Estados frente ao imperialismo americano, em primeiro lugar. No entanto, o panorama não chega a ser inteiramente monocolor, como nos anos noventa. Em algumas situações, o pêndulo pode começar a se mover na direção oposta. É que tudo é qualitativamente mais instável do que nos anos noventa, a década de glória da contra-revolução neoliberal. Este poderia ser o caso da Argentina, com Macri. E é possível que o Brasil vá no mesmo caminho, haja visto os personagens que depuseram Dilma Roussef e as medidas econômicas e políticas brutais que começam a ser aplicadas. O pior, o mais desfavorável e com repercussões mundiais, é o caso da Venezuela. O regime chavista – que apareceu falsamente como o mais “progressista”, “revolucionário” e até mesmo “socialista” – é o que levou à situação mais catastrófica. Até o momento, com prudência, o imperialismo norte-americano está deixando apodrecer, embora apoiando, mediática e financeiramente, a oposição de direita, que já ultrapassa eleitoralmente o desgastado presidente Maduro. É que um intervencionismo demasiado direto e aberto poderia ativar os anticorpos anti-imperialistas na Venezuela e no continente. Além disso, a Washington, bem como aos governos e às burguesias europeias, convêm o espetáculo trágico e grotesco do desastre do chavismo. Graças a Maduro, os imperialismos do Ocidente conseguiram montar na mídia uma reprise do “fracasso do socialismo”, a tragédia protagonizada por Gorbachev e Yeltsin que, no final dos anos oitenta e início dos noventa,

liquidaram a União Soviética. Mas a reprise toma a forma de uma obra grotesca de Valle-Inclán. Agora, o fracasso da Venezuela – embora de muito menor envergadura do que o desmonte da União Soviética – é usado no mesmo sentido. Assim, nas reiteradas eleições espanholas, o desastre do “socialismo” na Venezuela foi um dos principais temas de campanha da direita conservadora (PP e Ciudadanos) e social-liberal (PSOE).

3.5. África subsaariana e seus “frágeis estados”

Por último, a África subsaariana apresenta um panorama geopolítico particular. Um especialista o define dizendo que, nesta região, se concentram esmagadoramente os estados mais frágeis do planeta, que estão em situações de “conflito abertos ou enrustidos, pós-conflito ou em reconstrução”. Essas situações surgem ou degradam a região com muita rapidez.

O primeiro aspecto a ser considerado é que o conceito “subsaariano” é questionável. Na África há quase sessenta “entidades” estatais ou paraestatais. A grande maioria são estados reconhecidos e formalmente “soberanos”.[\[22\]](#) Mas desses, apenas cinco países (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito), que dão para o Mediterrâneo, não são classificados como “subsaarianos”.

Na verdade, esses países e estados são parte do mundo cultural e político árabe, e não é errado considerá-los, geopoliticamente, parte do Oriente Médio, tomado no sentido amplo. Mas, ao mesmo tempo, há vasos comunicantes mais ou menos importantes entre as duas regiões da África. Assim, em vários dos estados “subsaarianos”, vem sendo um sério problema as organizações islamistas jihadistas, como Boko Haram na Nigéria, Camarões, Chade, Níger e Mali, as quais se reivindicam também parte do Estado Islâmico. Algo semelhante acontece na Somália e seus vizinhos.

Há ainda outra região geopolítica africana de certa importância cuja inclusão nas duas já mencionadas é duvidosa. Referimo-nos ao chamado Corno da África, que dá para o Mar Vermelho. Ali estão a Abissínia, a Eritreia, Djibuti, a Somalilândia e, em parte, a Somália. Hoje esta região está convulsionada por crises políticas (Abissínia), recrudescimento de conflitos armados (Abissínia vs. Eritreia); guerrilhas e lutas de clãs (Somália), etc.

Por outro lado, o conjunto “subsaariano” engloba estados com tantas ou mais diferenças do que as existentes em relação aos países africanos do Mediterrâneo. A África do Sul, por exemplo, no extremo sul, foi considerada um dos BRICS juntamente com Brasil, Rússia, Índia e China, ou seja, um dos chamados “países emergentes”. Embora hoje a África do Sul atravessasse uma grave crise econômica, apresenta um panorama muito diferente dos países que se localizam na faixa que se estende do Saara até mais abaixo da linha equatorial (paralelo 0°). É nessa faixa onde a fragmentação estatal, as guerras e os conflitos sangrentos têm sido mais notáveis e generalizados. É também nessa faixa, que se encontram as maiores desigualdades e os níveis de pobreza.

Esta “fragilidade” crônica de muitos Estados africanos – especialmente dos últimos mencionados – decorre de uma complexa combinação de causas. Em primeiro lugar, o que é decisivo, é a sua pré-história colonial, que a independência formal não resolveu. A ação da Europa significou a mais brutal exploração e submissão, que incluiu a “caça ao homem” (e mulheres) para serem exportados como escravos para as Américas, e depois a exploração dos colonialismos europeus. Mas não parou aí. Na África, a predação dos colonialismos foi ainda mais atroz do que nas sociedades pré-capitalistas mais desenvolvidas, como as da Ásia e do Oriente Médio. As independências posteriores à Segunda Guerra Mundial, que implicaram na criação de estados próprios, nasceram carregadas de problemas. Em primeiro lugar, os novos estados

foram construídos nas fronteiras (e fundações) das antigas colônias, o que já revela que, por trás dessa mudança, havia também uma continuidade. Isto balcanizou o continente em um número absurdo de estados; o pior foi que esta fragmentação geralmente tinha pouco a ver com as reais diferenças etno-tribais, linguísticas, etc., de seus povos. Sobre essas complexas estruturas sociais – nas quais o capitalismo se combina com formações socioeconômicas pré-capitalistas – superestruturas estatais copiadas em suas formas dos estados europeus foram impostas. Houve dois modelos, um pior que o outro: ou o dos países europeus que haviam colonizado a região, ou o dos regimes stalinistas de partido único que ainda passavam por “socialistas”. Na prática, em ambos os casos, por trás democrático-liberal ou pseudo- “socialista”, uma elite civil e/ou militar, inicialmente formada e educada durante a colônia, geralmente separada por um abismo do resto da população, assumia a totalidade do poder. A partir daí, sob diferentes rótulos, inclusive “socialista”, as ditaduras mais atrozes com presidentes reeleitos cem vezes foram se sucedendo... até que uma guerra e/ou um golpe militar os derrubasse, apenas para substituí-los por personagens parecidos.

Diferenças e tensões étnico-tribais, e a intervenção dos estados e corporações estrangeiras para a pilhagem das matérias-primas, resultaram em horrores como a Guerra de Coltan ou “Guerra Mundial Africana” que causou um número estimado de 4 milhões de vítimas, diretamente ou por fome e doenças provocadas por ela. Esta guerra, que envolveu nove estados e cerca de vinte diferentes facções armadas, começou em 1998 e, com intervalos de “paz”, foi se prolongando por toda a primeira década deste século.

A chave da guerra mais mortífera da história africana foi a disputa entre as corporações dos EUA e da União Europeia, na qual a China se entrou em seguida, pelo coltan, mineral imprescindível para a fabricação de equipamentos

eletrônicos. Este exemplo ilustra por que a África, o continente mais rico em recursos naturais do planeta, tem os piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Do ponto de vista geopolítico, nos últimos anos, a mudança provavelmente mais importante parece ser o ingresso e a influência da China nas disputas. Como dissemos, os chineses se tornaram os principais parceiros comerciais da África. E os planos da “Rota da Seda” contemplam também empreendimentos portuários e ferroviários, em especial nos países que dão para o Oceano Índico.

Um mundo sob o signo do descontentamento e as crises

Se hoje existe uma nuance ou um signo comum que, sob distintas formas, atravessa os mais diversos países e situações, é o signo do *descontentamento*. Hoje, o descontentamento está presente nas falas de todos os idiomas do planeta, ainda que haja desigualdades de extensão, profundidade e consequências em cada país ou região. Um descontentamento que, também, se projeta em direção ao futuro. No horizonte, as massas não percebem amanheceres cor de rosa ... e com toda razão.

Se há algo que, na maioria dos países, os trabalhadores e setores populares percebem nesta era neoliberal é que hoje sua situação está pior do que a de seus pais, e que, amanhã, a situação de seus filhos estará pior do que a deles. No entanto, essa percepção não implica automaticamente adesão às alternativas revolucionárias, socialistas ou, pelo menos, progressistas.

O descontentamento estava por trás do “Brexit” no Reino Unido. Na França, o descontentamento levou setores de massa entre jovens e trabalhadores para a luta contra a lei El Khomri de liquidação de mais de um século de conquistas operárias, mas também vai empurrar muitos a votar na Front National de extrema direita como voto de castigo por essa

inqualificável traição do partido que se diz “socialista”. Nos EUA, o descontentamento de amplos setores alimentou simultaneamente duas expressões políticas muito diferentes, as candidaturas de Sanders e especialmente a de Trump. E assim poderíamos continuar com mais e mais exemplos.

Em última instância, a grande questão (ea grande luta política) é como este “clima” mundial irá se decantando e para onde será canalizado? Para a esquerda ou para a direita? Na perspectiva do fortalecimento da alternativa socialista? Ou para abismos ainda piores do que a atual catástrofe neoliberal? Portanto, são previsíveis também *uma maior polarização e dureza das lutas políticas e sociais*.

Isso tem suas relações de “ida e volta” com os cenários geopolíticos que descrevemos. Muitos caracterizam a atual situação geopolítica como semelhante ao período de “Paz Armada”, que precedeu a Primeira Guerra Mundial. Na verdade, existem algumas semelhanças ... e não são tranquilizadoras. Antes de 1914, existia – como agora – uma grande potência mundial, o Império Britânico, mas que estava em declínio em relação aos novos imperialismos como Alemanha, EUA, Japão, etc. Também, como agora, se multiplicavam fricções, tensões e disputas, em um paralelo duplamente preocupante para o presente, porque nos anos da Paz Armada não havia armas nucleares.

A crise do capitalismo neoliberal globalizado

Hoje, a atual situação se dá em um contexto de crise do capitalismo neoliberal globalizado. Desde o início dos anos 80, como “modo de regulação” do capitalismo, houve, além de muitas falências nacionais e regionais, três crises recessivas mundiais, a de 1990-91, a de 2000-01 e a que se iniciou em 2008 ...que não terminou, mas se estende. Isto foi batizado de “a nova normalidade” das economias do Ocidente: baixo crescimento, baixo investimento e alto desemprego.

Outros economistas, como Michael Roberts, caracterizam isso diretamente como a Longa Depressão ... e é provável que estejam certos.

Durante um breve período, a China e outras economias emergiram como um mundo à parte dessa realidade global. Mas hoje tudo tende ao nivelamento... por baixo.

Crise ecológica mundial: os problemas do Antropoceno

Mas a diferença com a época da “Paz Armada” não é apenas que muitos Estados têm armas atômicas. Há também outras realidades globais mais preocupantes. Por exemplo, os riscos mortais que se esboçam no terreno da ecologia.

A espécie humana adquiriu um poder de transformação (e destruição) da natureza e do planeta como nenhuma outra. Por isso, vários cientistas propõem que a época geológica atual dentro do período Quaternário já não é o Holoceno, mas o “Antropoceno”, dado o domínio e as consequências avassaladoras das atividades da espécie humana no planeta.

Estas atividades não seguiram *nenhum plano racional em uma escala planetária, mas os interesses imediatos das classes dominantes e de seus Estados*. Entre as consequências acumuladas desta exploração caótica da natureza, apresentamos as seguintes:

“1) Entre a terça parte e a metade da superfície terrestre foi transformada pela ação humana.

“2) A concentração de dióxido de carbono na atmosfera tem aumentado em mais de 30% desde o começo da revolução industrial.

“3) A ação humana fixa mais nitrogênio atmosférico do que a combinação das fontes terrestres naturais.

“4) A humanidade usa mais da metade de toda a água doce acessível na superfície do planeta.

“5) Aproximadamente um quarto das espécies de aves do planeta foi extinto pela ação humana.

“6) As duas terças partes dos principais redutos pesqueiros (reservas marinhas) estão superexploradas ou esgotadas” (Florent Marcellesi, “Que é a crise ecológica?” *ecoportal.net*, 15/01/13).

E se há um problema que os Estados não demonstraram capacidade de enfrentar conjuntamente é o da ecologia. As conferências mundiais sobre o tema terminam, na melhor das hipóteses, votando aspirinas como remédio para curar um câncer que pode extinguir a espécie humana.

Agora, a vitória de Trump leva isto a um nível muito mais perigoso. Um “negacionista” da mudança climática irá governar o maior Estado poluidor do mundo, ao lado da China!

Necessidade de um Estado mundial... que só poderia ser socialista

O sistema mundial de estados nacionais tem demonstrado *ad nauseam* a sua incapacidade de enfrentar os problemas e desafios globais da humanidade. Pode ter sido progressivo no período neolítico, mas hoje a humanidade precisa de outra coisa.

É que cada estado representa, em última análise, os interesses contraditórios de diferentes burguesias. Nas épocas de bonança, podem se pôr, mais ou menos, de acordo. Mas, em tempos de vacas magras, predomina a luta de todos contra todos. A atual crise na União Europeia – a tentativa mais ambiciosa de um grupo de burguesias para a relativa superação de seus estados nacionais – é resultado do fracasso. Séculos atrás, os Estados particulares, esse mecanismo sangrento e seus instrumentos, podiam ser, ao mesmo tempo, eficazes. Mas hoje, a longo prazo, eles ameaçam a própria sobrevivência da humanidade.

É que hoje, mais do que nunca, a humanidade enfrenta desafios mundiais, que vão desde a economia cada vez mais globalizada, até as ameaças de mudanças que a atividade humana provoca no clima e na natureza.

Mas um estado mundial não pode ser capitalista. Um Estado mundial exigiria das burguesias a abdicação de seus interesses particulares. Somente os trabalhadores têm um grau de interesse comum que permite a construção de um Estado de toda a humanidade.

E só o socialismo, baseado na propriedade comum dos meios de produção, daria base para acabar com esta guerra de todos contra todos, e passar a trabalhar juntos.

22 – Dezembro – 2016

[\[1\]](#) . Para uma análise mais ampla de Trump, sua vitória eleitoral e suas perspectivas, ver José Luis Rojo, “Un demagogo llega a la presidencia de los Estados Unidos”, *Socialismo o Barbarie* 405, 10-11-16.

[\[2\]](#). Evidentemente que, em termos de protecionismo, isso tem a ver também com o tipo de Estado e suas relações com os imperialismos e o capitalismo mundial. Em um Estado operário, como foi inicialmente a União Soviética, é imprescindível o monopólio estatal do comércio exterior e o mais estrito protecionismo diante das pressões da economia capitalista mundial. Assim mesmo, com todas suas limitações, podem ser progressivas as medidas protecionistas, tomadas pelo Estado de um país atrasado e dependente, frente à concorrência desigual do capital imperialista.

[\[3\]](#) . Ainda que, no final, as pesquisas e sondagens de opinião se mostraram pouco confiáveis, Sanders apareceu na maioria delas como o único candidato democrata capaz de derrotar, por uma boa margem, Donald Trump. Clinton apareceu também como vencedora, mas com cifras mais baixas. Para derrubar Sanders, o establishment do Partido Democrata

deu a Trump a totalidade do “voto de castigo”.

[4]. “O fosso entre ricos e pobres – conforme o relatório da Oxfam de 2016 – está atingindo novos patamares. Recentemente, o Credit Suisse revelou que o 1% mais rico da população mundial acumula mais riqueza do que os 99% restantes. Ao mesmo tempo, a riqueza nas mãos da metade mais pobre da humanidade foi reduzida em um bilhão de dólares ao longo dos últimos cinco anos. [...] A desigualdade no mundo atingiu níveis sem precedentes em pouco mais de um século. [...] Existe uma crise de desigualdade que está fora de controle. [...] Em 2015, apenas 62 pessoas tinham a mesma riqueza do que 3 milhões e 600 mil (a metade mais pobre da humanidade). Há pouco tempo atrás, em 2010, eram 388 pessoas ... A riqueza nas mãos dessas 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 45% em apenas cinco anos, pouco mais de meio trilhão de dólares (542.000 milhões) desde 2010, até atingir 1,76 trilhões de dólares. Enquanto isso, a riqueza nas mãos da metade mais pobre da população caiu em mais de um bilhão de dólares no mesmo período, uma queda de 38% “(“Uma economia a serviço do 1% “, relatório da Oxfam 2016 , 18/1/16).

[5]. Embora seja conhecida geralmente como a “Guerra do Vietnã”, o conflito terminado em 1975 abrangeu toda a Indochina, incluindo Laos e Camboja. Além disso, é necessário lembrar que a Guerra da Coreia (1950-53) – na qual os EUA liderou a coalizão “ocidental” contra a Coreia do Norte e a China – terminou em “empate” que ainda continua. Os EUA não foram derrotados definitivamente, como no Vietnã, mas também não foram vencedores. No entanto, a Coreia não provocou uma crise política com tão profundas consequências como a Indochina.

[6]. Em um relatório recente, um velho operário americano lembra: “Quando eu era jovem, todos trabalhavam e o normal era ficar toda a vida na mesma empresa. Tínhamos uma casa, seguro de saúde, uma aposentadoria e uma família. Agora,

tudo isso já não existe.” (Ricardo Mir de Francia, correspondente nos EUA, “A revolta da América branca”, *El Periódico*, 5-11-16).

[7]. “1) A concentração da produção e do capital se desenvolveu a tal ponto que criou monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a criação sobre a base desse capital ‘financeiro’ de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire excepcional importância; 4) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais que dividem o mundo entre si; 5) o encerramento da repartição territorial de todo o mundo entre as grandes potências” (Lenine, *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*).

[8]. Além do peso social e político da classe trabalhadora no Egito, as tensões entre muçulmanos e coptas, ou entre diferentes correntes do Islã ou outras religiões, são insignificantes em comparação com a Síria e Iraque.

[9]. Nesse cenário tão complexo da Síria, o combatente que aparece se apoiando na mobilização popular e com posições mais independentes e progressistas são os curdos, que ocupam um pequeno território ali... Isso não é novidade, mas a continuação de uma longa luta deste povo na Turquia e no Iraque, principalmente. Digamos que, por uma série de lutas anteriores (muitas delas militares), que incluem historicamente a guerrilha do KPD de Mustafá Barzani, desenvolvida principalmente no Curdistão iraquiano com o apoio inicial da União Soviética, e depois mais radicalizado no PKK de Abdullah Öcalan na Turquia, os curdos tinham uma preparação prévia superior para enfrentar este giro “militar” da situação. As YPG-YPJ da Síria estão intimamente relacionadas ao PKK.

[10]. A Arábia Saudita é um regime retrógrado, no qual, em 2015, 150 pessoas foram condenadas à decapitação ou

apedrejamento, várias por “delitos” como “bruxaria”, “adultério” ou por escrever “poesias ateias” (como o caso do famoso poeta palestino Ashraf Fayadh). Os protestos e o escândalo mundial por esta última atrocidade obrigaram a certa indulgência: o atrevido poeta teve sua pena de morte alterada para oito anos de prisão e 800 chibatadas. E este regime de barbárie não é apenas membro do International Syria Support Group (ISSG), que esteve negociando a paz, mas também se agrupa oficialmente em Riada oposição síria reconhecida pelo ISSG. Para não sermos unilaterais, é preciso acrescentar que a ditadura teocrática dos aiatolás xiitas no Irã tem pouco a invejar com relação à barbárie da monarquia sunita-wahabita de Riad. A grande diferença entre a Arábia Saudita e o Irã consiste em que a sociedade iraniana é qualitativamente mais moderna e ilustrada, o que põe os aiatolás em dificuldades e os obriga a fazer concessões.

[\[11\]](#) . O Internacional Syria Support Group (ISSG) inclui também outros estados e organismos internacionais: Arábia Saudita, Alemanha, Emirados Árabes, China, Egito, França, Itália, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Omã, Qatar, Reino Unido, Turquia e os organismos da Liga Árabe, das Nações Unidas e da União Europeia.

[\[12\]](#) . Egito e Israel aparecem mais à margem desta “multiguerra”, o que não significa que não intervenham ocasionalmente, em especial o Estado sionista, por exemplo, com bombardeios às forças do Hezbollah (milícia do Líbano) que combatem junto do governo de Damasco.

[\[13\]](#). Inspirados pelas (duvidosas) teorias da geopolítica clássica sobre o “Heartland” e, acima de tudo, por sua sede de petróleo antes de desenvolver a alternativa do fracking, o imperialismo norte-americano, com os Bush, buscou impor um poder mais direto, mais colonial, no “Grande Oriente Médio”. Tentava aproveitar o vazio geopolítico deixado pela dissolução da União Soviética em 1989/91. Assim, Bush (pai) iniciou a primeira guerra contra o Iraque (1991). Em

seguida, seu filho G. W. Bush, depois de ocupar o Afeganistão em 2001, invadiu o Iraque em 2003. Os respectivos pretextos foram as Torres Gêmeas e a fábula das “armas de destruição em massa”, que o Iraque supostamente possuía. Na verdade, esta orientação já tinha sido exposta publicamente na década de 90 pelos “neocons” (neoconservadores), em seu manifesto “Project for the New American Century”, assinado por aqueles que seriam, em seguida, a equipe de governo de Bush, (filho). Sintetizando: os EUA deviam se ratificar como super-imperialismo do século XXI, lançando uma política externa “ousada”, com intervenções militares e sem levar em conta a ONU ou os vacilantes imperialismos europeus. O primeiro passo seria a “remodelação” do Grande Oriente Médio, como dizia Condoleeza Rice. Assim, o mundo “unipolar” seria consolidado, sob o comando exclusivo dos EUA, esboçado após o desmoronamento da União Soviética.

[\[14\]](#). A “Rota da Seda” foi, na verdade, várias rotas comerciais, principalmente terrestres, que ligaram a China à Europa desde antes da era cristã (há muitas discussões sobre as datas). Ao longo da história, a Rota da Seda se manteve, ainda que com grandes oscilações, até que, a partir do final do século XV, foi superada pelas rotas marítimas dominadas por potências europeias, que davam a volta pela África através do Cabo da Boa Esperança e chegavam, desta forma, à China e à Índia. Comparativamente, até a primeira metade do século XV, a China havia sido uma potência marítima com navios de dimensões e técnicas muito superiores às europeias. Mas diversos fatores, crises e conflitos internos levaram a China a retroceder e se fechar sobre si mesma, liquidando sua frota. Pouco tempo depois, a Europa começou o desenvolvimento de uma economia-mundo capitalista facilitada pela circunavegação da África e pelo “descobrimento” e conquista da América, que foram praticamente simultâneos.

[\[15\]](#). É política de Washington provocar regularmente

“incidentes” para deixar claro que desconhece a soberania da China. Em outubro passado, enviou um navio de guerra para as Ilhas Spratly, no Mar da China Meridional, que superou as 12 milhas de mar territorial. Antes, em maio, havia enviado um avião militar com os jornalistas da CNN para sobrevoar o território chinês sem autorização. Logo depois, Pequim respondeu enviando cinco navios de guerra ao Alasca que ultrapassou também as 12 milhas. Um aviso a Obama, que naquele dia estava visitando o Alasca!

[16]. A África Subsaariana, por exemplo, é um importante fornecedor de matérias-primas para a China, e Pequim é seu maior parceiro comercial. Neste contexto, a China começará a construir um porto colossal na Namíbia (o de Walvis Bay), estratégico para o controle do Oceano Índico. Claro que deverá ser vigiado, por terra e por mar.

[17]. Outro aliado dos EUA para formar o bloco anti-chinês é ... o Vietnã, ainda que não esteja claro se isto se estenderá ao terreno militar. A visita de Obama a Hanói, em maio passado, visa a aprofundar uma aproximação que vem de longe. Isto pode parecer surpreendente, dadas as atrocidades cometidas pelo imperialismo norte-americano na guerra, mesmo que tenha acabado com a humilhante derrota dos EUA em 1975. Mas recordemos que, pouco tempo depois, em fevereiro de 1979, as burocracias de Pequim e Hanói estavam engajadas em uma guerra fratricida que terminou em uma semiderrota da China. Além disso, o Vietnã é hoje um dos principais atores na luta contra a China pelas ilhas Spratly e Paracelso, como comentamos anteriormente.

[18]. Bom ou mau? A Austrália assinou com Washington em 2014 um acordo para instalar uma base da Marinha em Darwin, cidade-porto estratégica no norte do país, e que desempenhou um papel importante na Segunda Guerra Mundial. Mas como estamos em tempos pós-modernos, se estabelece que a Marinha só a utilizará para – não riam – “trabalhos humanitários”. Como Guantánamo?

[19]. Cuba seguiu esse caminho com mais lentidão, uma vez que a política inicial de Washington pretendia uma mudança de regime e, ao mesmo tempo, a devolução do poder à burguesia “gusana” de Miami.

[20] . No Pós-Guerra, a União Soviética e outros estados (do Leste europeu, depois da China, etc.), embora não fossem realmente “socialistas”, haviam expropriado o o capitalismo. Isto estabelecia diferenças radicais com o resto, ainda que de conjunto – considerada como uma totalidade – a economia mundial era capitalista. Hoje, depois das restaurações dos anos noventa, não só a economia mundial, de conjunto, é capitalista, mas também cada uma de suas partes, inclusive a Rússia, os países do Leste, etc.

[21]. Isso alimenta as fabulações de alguns setores da esquerda, tanto europeus como latino-americanos (por exemplo, o castrismo e o chavismo), a verem na Rússia e também na China potências mais “benevolentes” ou “progressistas” do que o imperialismo americano.

[22]. Mas há também outros tipos de “entidades”, como enclaves europeus (por exemplo, Ceuta e Melilla), territórios de soberania duvidosa (como a República Árabe Saaraui Democrática), secessões de fato, etc.